

3

Cultura Viva: um programa que se pretende política pública

A liberdade é assim, movimentação.

Guimarães Rosa

Consideramos que o Programa *Cultura Viva* apresenta características de uma política cultural, condição que atribuímos à dimensão da sua concepção, capilaridade, transversalidade e articulação com outras esferas da política governamental e com a condução política do país. Temos, portanto:

a) uma concepção mais ampla de cultura que envolve símbolos, diversidades e modos de vida e diferentes manifestações artístico-culturais, para além da visão da cultura enquanto produto, de carácter eventual ou apenas como espetáculo;

b) a recusa da dicotomia e oposição entre o popular e o erudito¹; passando a considerar a capacidade criadora de todos, desde que as condições sejam disponibilizadas enquanto direito, e não apenas restritas a alguns artistas ou classes sociais;

c) apoio, valorização e respeito às manifestações artístico-culturais e às ações que já estavam em curso e fazem parte da pluralidade/originalidade da cultura brasileira;

d) rompimento da concentração do financiamento em apenas algumas regiões geográficas ou de cunho publicitário e mercantil;

e) diálogo e abertura para as demandas e pressões dos sujeitos e movimentos organizados, e, portanto, ampliação do acesso aos recursos públicos e do “direito à cultura”, e tentativa do estabelecimento de uma “gestão compartilhada”.

O Ministério da Cultura adotou uma conceituação ampla de cultura, considerando-a em sua dimensão antropológica e simbólica, assegurada pela aprovação do Plano Nacional de Cultura em dezembro de 2010 (Lei 12.343/10). Importa evidenciar que “O Plano reafirma uma concepção ampliada de cultura,

¹ Apesar da importância disso para a ampliação e reconhecimento da criação cultural no país, ponderamos a afirmação de Guattari, que supõe a distinção entre cultura popular e cultura erudita como um falso problema, pois há “uma cultura capitalística que permeia todos os campos de expressão semiótica” (Guattari; Rolnik, 1999, p. 36). O sufixo “ístico” ao termo “capitalista” produziu para ele um neologismo que expressa a reprodução dos padrões semelhantes de constituição dos países industrializados da vanguarda capitalista. Contudo, acreditamos também que a força das hegemonias e dos padrões podem ser superados.

entendida como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos. Ela deve ser considerada em toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética” (Lei 12.343/10).

Ou ainda como o conjunto dinâmico dos atos criativos da população, aquilo que, em cada objeto que um brasileiro produz, transcende o aspecto meramente técnico. Cultura como “usina de símbolos” de cada comunidade e de toda a nação, eixo construtor de espaços de realização da cidadania. Essas são formulações presentes nos discursos do Ministério e estão em diversos programas e ações, como o Programa *Cultura Viva*, por exemplo.

O posicionamento e a compreensão da área cultural se transformaram nas duas últimas gestões do Ministério da Cultura (2003-2010). Em primeiro lugar, destacamos a mudança conceitual em que a dimensão sociológica da cultura deu lugar à antropológica. Essa perspectiva propiciou que o conceito de cultura fosse ampliado e as políticas culturais passaram a abranger, para além da cultura erudita, as diversas culturas construídas no cotidiano, antes alijadas desse processo, como a africana, a indígena, a popular, dentre outras.

Por meio da interação social dos sujeitos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, valores são construídos e renovados. A ciência da informação revoluciona alguns paradigmas vigentes e questiona a possibilidade do desenvolvimento de uma cultura à margem da base material como mero reflexo das atividades econômicas. A cultura, entendida como modo de vida, “é constitutiva de um processo social, é um modo de produção de significados e valores mais básicos para o funcionamento da sociedade do que a noção de uma esfera separada. São esses significados e valores que organizam a vida comum” (Cevasco, 2003, p. 110-112).

Ao traçar a trajetória do conceito de cultura e das mudanças dos seus significados pós Revolução Industrial, Raymond Williams (1969) aponta as “hostilidades” e os “constrangimentos” que o termo geralmente provoca. Em publicações seguintes, o autor assume a concepção gramsciana de hegemonia, ressaltando que a dominação de uma classe sobre as demais se mantém, inevitavelmente, pela cultura do vivido, por meio da saturação do hábito, da experiência, das visões de mundo.

Tudo isso continuamente renovado em todas as etapas da vida, desde a infância, sob pressões específicas e no interior de significados definidos, de tal

forma que o que as pessoas vêm a pensar e a sentir é, em larga medida, a reprodução de uma ordem social profundamente arraigada. As pessoas podem até pensar que de algum modo se opõem e, muitas vezes, isso acontece efetivamente, mas se torna difícil romper a ordem estabelecida, além da tendência de supervalorização do âmbito cultural em detrimento do político.

Contudo, consideramos que estas instâncias não estão separadas. Ao contrário, influenciam-se mutuamente. Na verdade, apenas a sua conjugação permitirá ações transformadoras em prol do bem coletivo. Dentre as importantes contribuições apresentadas pelos intelectuais-artistas e demais autores abordados no segundo capítulo, fica evidente a complexidade da área das políticas culturais, que, por envolver diferentes momentos sócio-históricos, nos remete à importância de problematizar, portanto, a instrumentalização que se faz da cultura.

Segundo Cevalco (2008), mais importante que a periodização de estilos é a demonstração de que a lógica que “azeita” o funcionamento do capital nessa sua fase de expansão máxima é cultural. Isso quer dizer que cada vez mais o sistema requer uma sociedade de imagens voltada para o consumo, para “resolver” as contradições que continua criando. Muito mais do que um espaço possível de contradição, a cultura tem funcionado de forma simbiótica com a economia: a produção de mercadorias serve a estilos de vida que são criações da cultura e até mesmo a alta especulação financeira, que se apoia em argumentos culturais, como o da “confiança” que se pode ter em certas culturas nacionais ou as mudanças de “humor” que derrubam índices e arrasam economias. A produção cultural, cujos investimentos² tem sido crescentes, também se tornou econômica e orientada para a produção de mercadorias. Deste modo, amplia-se a sujeição econômica aliada à sujeição subjetiva.

Contudo, ao nos debruçarmos, neste estudo, sobre algumas ações dos Pontos de Cultura, objetivamos evitar as generalizações e visibilizar que, embora incipiente, há lugar para a cultura enquanto espaço de criação autônoma e coletiva

² Yúdice (2004), ao analisar movimentos culturais brasileiros, afirma que a cultura é vista atualmente como atração para o desenvolvimento econômico e turístico, ou ainda como mola propulsora de indústrias culturais e de empreendimentos, se expandido para as esferas política e econômica, sendo **recurso** para a melhoria sociopolítica e para o crescimento econômico. Assim, o autor demonstra que somente aquelas ações que geram retorno serão financiadas de acordo com os critérios das fundações internacionais, inferindo que a “cultura pela cultura” não receberá fomentos. Os “retornos” referem-se, sobretudo, aos incentivos fiscais, a comercialização institucional ou valor publicitário, a conversão da atividade não comercial em comercial ou ainda como recurso para a resolução de problemas sociais.

que não seja direcionada apenas para o mercado, ou que esteja necessariamente a serviço de algo. Ao contrapormos esta lógica, compreendemos a cultura por ela mesma e apostamos nela enquanto elemento de valorização da vida humana, dos lugares, das tradições e reinvenções, qualificando-a e ampliando as perspectivas de relações sociais mais equitativas e solidárias, embora isto implique também maiores investimentos públicos e lutas por transformações sociais.

O processo de mudança desencadeado com vistas à superação do parâmetro de oposição entre o popular e o erudito, valorizando ambos, além das mudanças nas estruturas e no conteúdo programático das políticas públicas mobilizados pelas pressões e demandas dos movimentos organizados foram instaurados pelas duas últimas recentes gestões do MinC. A ampliação do conceito de cultura propiciou a disponibilização de condições e apoio na produção diretamente para quem faz cultura, sobretudo por meio do reconhecimento e interação com a população, viabilizando, ainda que de forma incipiente, a manifestação de diferentes tipos de linguagens, de todas as regiões do país.

Há uma recusa, portanto, em perpetuar a dicotomia cultura popular versus cultura erudita, como se fossem pólos excludentes, pois a variedade de programas e projetos da gestão 2003-2010 contempla questões de identidades e culturas diversas, que não se reduzem à defesa do popular entendido como atributo de valor de autenticidade e exotismo. Diferentemente do que ocorreu em momentos históricos anteriores, quando se defendia a formação de uma nação, para colaborar com a efetivação de uma ordem social de um regime autoritário, bem como da desigualdade social.

O Programa *Cultura Viva*, bem como outros programas instauraram e ampliaram o debate sobre a perspectiva predominante da Lei Rouanet, cujos resultados e críticas apontam para a necessidade de reestruturações e a ampliação da concepção de cultura, dos usuários e do território de incidência das políticas e das ações. Isso consiste na inversão da ordem até então vigente, de implementar políticas e projetos via “balcão de negócios”, a exemplo da lei Rouanet, que utiliza a pareceria pública e privada com a maioria das propostas de cunho mercantil, transferindo recursos do Estado para a iniciativa privada.

Desde a criação do *Cultura Viva*³, o Ministério defende o princípio de “subversão estatal” que consiste na inversão da ordem até então vigente, “a partir da vontade do governo, é preciso passar do paradigma da autonomia para a subversão estatal. Por isso, procuramos iniciativas já existentes, ao invés de abrir editais para novas ideias. Chegamos aonde já existiam coisas encaminhadas. Só queremos ajudá-los a acertarem seu percurso” (TEIA, 2006, Ministro da Cultura).

A Lei Rouanet ficou usualmente assim conhecida pelo fato de o ministro da Cultura à época de sua publicação ser o diplomata Sérgio Paulo Rouanet. Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura -PRONAC, com o objetivo de promover e fomentar ações para o desenvolvimento do setor cultural, por meio dos mecanismos de financiamento Fundo Nacional da Cultura (FNC), Incentivos Fiscais e Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART).

O Fundo Nacional da Cultura permite ao Ministério da Cultura obter e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com as finalidades do PRONAC, mediante a celebração de convênio e outros instrumentos similares, como intercâmbio e programas realizados através de edital. Constituem o Fundo: o contribuinte do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, pessoa física ou jurídica, que efetue doação ou patrocínio em favor de programas, projetos e ações culturais aprovados pelo Ministério da Cultura, com vistas a obter incentivos fiscais.

Como resultado, o capital investido pela empresa gera um retorno estratégico de intervenção competitiva no mercado, porém constituído por dinheiro público proveniente de impostos. Assim, a aplicação destes recursos públicos fica à mercê de uma lógica do investidor do setor privado, caracterizado pelo privilégio da região sudeste, área que fornece aos seus patrocinadores um alto retorno do *marketing*. O Fundo Nacional de Cultura “jamais foi operado pelas regras primárias de um fundo público: transparência de critérios, acessibilidade

³ Na gestão 1995-2002 do MinC, o FNC contou com os seguintes recursos: em 1995, foram aplicados apenas R\$ 12,9 milhões; com um pequeno aumento em 1996, para R\$ 16 milhões; em 1997, o aporte foi de R\$ 24,3 milhões; em 1998, uma pequena redução, para R\$ 20,9 milhões. Em 1999, o aporte foi de R\$ 19,1 milhões; em 2000, houve um significativo aumento, para R\$ 46,6 milhões; em 2001 os repasses chegaram a R\$ 64,3 milhões; em 2002, nova redução, chegando a R\$ 43,6 milhões. Já em 2003, o aporte foi de R\$ 46,9 milhões. Em 2004, ocorreu um significativo aumento, para R\$ 85,6 milhões. Os anos seguintes coincidem com a implementação do *Cultura Viva*, e em 2005, o volume de repasses foi de R\$ 132,4 milhões; e em 2006 o volume foi de R\$ 138,0 milhões (Brasil. MinC, 2006, 2009).

paritária e primazia do mérito público. Desde que foi criado, seus recursos são arbitrariamente distribuídos segundo predileções e interesses do Ministério da Cultura” (Sarkovas, 2005). Assim ao privilegiar a estrutura de financiamento para o que se convencionou “produtos culturais de interesse do mercado”, a gestão 1995-2002 efetiva a contradição presente na sociedade e no Estado. No caso da cultura, se realiza no direcionamento dos fundos públicos, de forma que alguns podem ter acesso a um determinado tipo de fundo e outros não. Isto se comprova ao considerarmos que, “dos 17.356 projetos apresentados entre 1996 e 2000, 77,5% foram aprovados, e, desses, apenas 30% conseguiram captação” (Silva, 2007, p. 175).

Isto se explica também pelas forças que exigem maiores investimentos na “indústria criativa”, a exemplo dos produtores Luiz Carlos Barreto e Mariza Leão, que se pronunciaram em reportagem de 09/12/2010⁴, pleiteando mudanças na política cultural que vem sendo desenvolvida pelo MinC na gestão 2003-2010 e reivindicando maior ênfase aos processos industriais ligados aos artistas e o maior desenvolvimento da “indústria criativa”. Algo que nos remete à disputa de projetos e de valores que beneficiam diferentes parcelas da população, cujas forças não são equivalentes.

Além disso, outra dificuldade apontada pelos estudos se refere ao acesso dos grupos menos organizados devido à forma burocratizada dos projetos, o que propiciou a liberação de recursos em sua maioria para grandes corporações. Portanto, com base em renúncia fiscal, o Estado financiou projetos de forma concentrada frequentemente para iniciativas culturais pasteurizadas, chancelando projetos que nem sempre representavam a totalidade das relações culturais existentes na sociedade. A Lei Rouanet, em seus 20 anos de existência não beneficiou o acesso público da população à cultura produzida no Brasil, uma vez que o financiamento permaneceu concentrado: cerca de 80% dos investimentos federais foram e são realizados pelo mecanismo de renúncia fiscal e apenas 20% por recursos orçamentários, vindos da administração direta e do Fundo Nacional de Cultura (FNC).

Nesse âmbito, como já abordamos no segundo capítulo, foi aprovado em 08/12/2010 na Comissão de Educação e Cultura, o Projeto de Lei 6722/10, do

⁴ Benevides (09/12/2010).

Poder Executivo, que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (PROCULTURA), que revoga a legislação vigente, a Lei Rouanet. Contudo a proposta ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, depois seguirá para o Senado. Objetiva-se com esse novo projeto, diversificar a captação de recursos destinados a projetos culturais em todo o país, beneficiando programas e locais que até então não eram contemplados por esses recursos⁵. Considerado vagos, os critérios de avaliação existentes na proposta do Executivo para a Lei 6722/10 foram questionados, dentre eles a: “contribuição para preservação, memória e tradição”; “contribuição à pesquisa e reflexão”; e “desenvolvimento das cadeias produtivas culturais”. Além disso, o texto original não estabelecia o peso de cada critério avaliado.

Sendo assim, a proposta de Lei 6.722/10 foi alterada pela relatora que o apresentou em novembro de 2010. As modificações foram negociadas com artistas, produtores, patrocinadores, autores, professores, gestores e técnicos da área da cultura. As alterações consistem na definição de critérios para a avaliação dos projetos culturais, dentre os quais uma pontuação diferenciada para cada um, que determinará a faixa de isenção fiscal (40%, 60% ou 80%), dentre outros como consta no anexo 9.3.

Se aprovadas, estas mudanças incidirão sobre os valores destinados aos projetos culturais, que ficarão concentrados no Fundo Nacional de Cultura (FNC), criado em 1991⁶, formado principalmente por doações de empresas (que deduzirão os valores do Imposto de Renda) e de no mínimo 40% do orçamento do Ministério da Cultura. Propõe-se que 80% dos recursos do FNC sejam destinados aos proponentes culturais da sociedade civil não vinculados a patrocinador incentivado ou ao poder público nos estados e municípios. Por meio desse mecanismo, os artistas e produtores com um projeto cultural, principalmente aqueles das classes populares que não têm acesso às grandes empresas, e que não promovam grandes espetáculos não precisarão mais recorrer às empresas para

⁵ Destacamos também a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição - PEC 150/2003 na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em 23/09/09, que determina que anualmente 2% do orçamento federal, 1,5% dos estados e 1% dos municípios, advindos de receitas resultantes de impostos, sejam aplicados diretamente na Cultura. Atualmente o Governo Federal investe entre 0,7% e 0,8% do Orçamento da União na área cultural. O aumento está condicionado a aprovação da referida PEC em outras instâncias.

⁶ A Lei Rouanet restabelece os princípios da Lei n. 7505, de 2 de julho de 1986, e institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, cria o Fundo Nacional de Cultura, Leis e portarias subsequentes a regulamentaram.

conseguir recurso, como estabelece a Lei Rouanet, e diante dos projetos aprovados recebem o valor diretamente do Fundo.

Este novo formato viabiliza a desconcentração dos incentivos culturais que historicamente predominam no eixo Rio-São Paulo, ampliando o benefício para todas as regiões do País. Além disso, a análise dos projetos será feita por uma comissão, composta por representantes do governo e da sociedade civil, corrigindo distorções da Lei Rouanet, que estabelecia faixas pré-fixadas de abatimento de imposto que variavam de acordo com o tipo de produção artística financiada, como dança, música, circo, dentre outros, cuja isenção poderia chegar a 100% do valor investido, beneficiando as empresas com recursos públicos sem que dispusessem de recursos próprios. A nova Lei 6.722/10 exclui essa possibilidade, e as empresas terão que contribuir com os projetos culturais, passando os benefícios, antes restritos a estas entidades, para toda a população.

A partir destas considerações e críticas, o Programa *Cultura Viva* foi criado com a portaria nº 156, de 06 de julho de 2004, e se propõe a contemplar o conceito ampliado de cultura, entendido como o conjunto de saberes e fazeres da sociedade, valorizando a diversidade cultural brasileira, bem como aliando de forma abrangente as diretrizes políticas do MinC, reiventando-o. A dimensão da cultura como direito e cidadania objetivou a ampliação dos meios de fruição, produção e difusão cultural, por meio da potencialização das “energias” sociais e culturais, privilegiando a própria dinâmica das comunidades e visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade.

O Artigo 3º da referida portaria prevê que “O Programa se destina a populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural”. Consideramos que esse recorte, estratégico e inicial, privilegia uma parcela da população considerada “excluída⁷” do acesso aos recursos públicos, uma opção que consistiu em operar algumas mudanças no direcionamento das políticas culturais, ainda que

⁷ Os termos “exclusão social e excluídos” são compreendidos enquanto produtos do funcionamento do sistema capitalista, uma vez que a sociedade sofre as inúmeras refrações da questão social advindas da crescente desigualdade social. As consequências desse processo não se resolvem em termos de inclusão ou de combate a uma pretensa exclusão, pois a maioria da população está “incluída” de forma subalterna, precária e controlada (Martins, 1997, 2008). Assim, mudanças significativas requerem o debate do sistema de produção/reprodução no sistema capitalista e políticas que efetivem transformações no conjunto de relações sociais e econômicas.

não se tenham efetivado mudanças estruturais que as garantam. Afinal, ainda são poucos recursos para a área, sem a devida aprovação dos percentuais garantidos por Lei, que permitam efetivar o acesso universal às políticas públicas estabelecido pela legislação brasileira.

Tal horizonte nos instiga a persegui-lo. Assim, os critérios e mecanismos que optam por priorizar locais, públicos e regiões ainda não beneficiados pelas políticas públicas, podem evitar a reprodução e a lógica da “exclusão”, desde que evitem arbitrariedades decisórias. Estas mudanças não se efetivam por decretos ou imposições, mas por respeito a um tempo processual que compreende a ampliação do debate, a apropriação e a experiência de cada vez mais pessoas nesta luta, que envolve transformações na estrutura do financiamento público, ainda bastante concentrado e inacessível. Assim, ponderamos que há uma aposta na criação de movimentos que, ao experimentarem possibilidades de interação com o Estado, no acesso aos recursos e bens públicos, passem a exigir e reivindicar com mais propriedade e força, o que lhes é de direito. Além disso, considerar as diferentes singularidades no debate, reflexão e enfrentamento dos conflitos aumenta a visibilidade das demandas da sociedade e dos movimentos organizados, abrindo perspectivas e alternativas a serem forjadas com vistas a transformações.

São possibilidades que envolvem vivências concretas, e, portanto, referências que mobilizam ações coletivas e valores muito presentes nas ações culturais. Outrossim, podem desencadear outros movimentos que contestem as formas individualistas, sectaristas e mercadológicas instituídas, beneficiando efetivamente o conjunto da sociedade como um dos caminhos que construam modificações no conjunto das relações sociais, diante da crescente desigualdade social. Assim, destacamos uma importante mudança na condução das políticas culturais brasileiras: o abandono da proposta preconceituosa da gestão anterior de "levar ilustração ao povo", como defendia o ministro Weffort (gestão 1994-2002), passando a vigorar na gestão (2003-2010) o estímulo às diferentes formas de expressão antes desconsideradas. A política adotada nesta gestão baseia-se na Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural, da UNESCO (2001), enfatizando que a cultura deixa de ser somente produto de exibição, passando a ser valorizados também o cotidiano das pessoas, suas criações e produções.

Apesar de ser igualmente funcional ao sistema e aos discursos vigentes, como problematizaremos no quarto capítulo, este documento aquilata a

diversidade cultural como patrimônio da humanidade, o que supõe o dever do Estado em afirmar as culturas que até então estavam submersas e que se expressavam apenas como folclore ou arte exótica: mitos, rituais, centenas de linguagens diferentes dos povos indígenas, além das reinventadas como o funk, o hip hop, dentre outros. Importa agora considerar a cultura como dimensão do processo societário de desenvolvimento e criação humana e não apenas como espetáculo ou produto de exibição. Assim, o MinC pontuou a sua atuação a partir de três estratégias:

- 1) produção simbólica, com ações de estímulo à produção cultural;
- 2) direito à cidadania, acentuando a dimensão social da cultura;
- 3) economia, pressupondo que há uma indústria que movimenta economicamente a sociedade.

É importante destacar que no Brasil, em 2002, o caderno *A imaginação a serviço do Brasil* reuniu diretrizes e propostas do Programa de Políticas Públicas de Cultura do Partido dos Trabalhadores tendo como base o conceito de desenvolvimento humano em conteúdos programáticos para a gestão pública de cultura. Enquanto um direito social básico, a cultura foi conjugada com o respeito à diversidade das experiências culturais e expressões artísticas, passando a constituir premissa básica para a proposição de uma política pública nacional que, ao estimular o caráter humanista do desenvolvimento, evite a sobreposição da economia de mercado à política.

Esta proposta de Políticas Públicas de Cultura buscava revitalizar o papel da esfera pública por meio da cultura e da garantia de uma política continuada de estímulo à cidadania cultural, com a prática da descentralização e a ampliação do acesso e da participação popular:

O governo democrático e popular deve conduzir sua ação tendo como pressuposto que a política cultural deve obedecer a uma lógica de política pública e estar comprometida com a universalização de seus serviços - bibliotecas interativas, centros culturais, teatros, circos, etc. -, mediante a extensão dos serviços públicos de cultura, com a organização de instrumentos legitimadores de participação social e comunitária, da formação e qualificação de agentes e gestores capazes de formularem e empreenderem projetos e planos de ação, do diagnóstico e da avaliação permanentes, de um rol de instrumentos financiadores diferenciados e suficientes em volume de recursos (PARTIDO DOS TRABALHADORES/PT, 2002, p. 16).

Ainda que haja especificidades e diferentes posições internas em relação à cultura neste partido e nos demais partidos de esquerda, em seu discurso de posse, o Ministro da Cultura⁸, em consonância com o que foi previsto no Programa do PT, afirmou:

Sabemos muito bem que em matéria de cultura, assim como em saúde e educação, é preciso examinar e corrigir distorções inerentes à lógica do mercado - que é sempre regida, em última análise, pela lei do mais forte. Sabemos que é preciso, em muitos casos, ir além do imediatismo, da visão de curto alcance, da estreiteza, das insuficiências e mesmo da ignorância dos agentes mercadológicos. Sabemos que é preciso suprir as nossas grandes e fundamentais carências (GIL, 2003, p. 11).

Na gestão governamental 2003-2010, além do *Cultura Viva*, outros programas foram dedicados aos mestres, grupos e comunidades praticantes das expressões culturais populares, desde os de infra-estrutura, direitos à saúde, promoção da igualdade racial, até projetos específicos como o da *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*, coordenada pelo Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social.

Contemplado no Plano Plurianual (PPA) de 2003/2007 e de 2008/2011, o Programa da *Diversidade Cultural (Brasil Plural)*, do Ministério da Cultura previu ações como seminários de formulação de políticas públicas, editais públicos, capacitação para criação de projetos e atendimento a demandas espontâneas através do Fundo Nacional de Cultura (FNC). Além deste programa, outras secretarias e instituições coligadas do Sistema MinC possuem programas que contemplam as Culturas Populares, como o *Mais Cultura*⁹, da Secretaria de Articulação Institucional (SAI), *Revelando os Brasis*, da Secretaria de Audiovisual (SAV) e Patrimônio Imaterial, do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI - IPHAN).

Destacamos ainda que, no programa de governo, elaborado na campanha eleitoral do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o campo da economia da cultura abrangia tanto a indústria de entretenimento como a produção e difusão das festas

⁸ Gilberto Gil assumiu a primeira gestão (2003-2008) do cargo de Ministro da Cultura do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

⁹ Criado em outubro de 2007, por meio do Decreto nº 6226, o programa *Mais Cultura* passa a integrar a agenda social do Governo Federal com ações que visavam a descentralizar o Programa *Cultura Viva*. Assim, o MinC realizou convênios com 20 governos estaduais e duas secretarias municipais, que viabilizaram a criação de editais de seleção de projetos e instituições para implementação de *Pontos de Cultura* em âmbito estadual ou municipal.

populares e objetos artesanais, ou seja, foi considerada a área capaz de gerar ativos econômicos independentemente de sua origem, suporte ou escala (Tierra, 2005). Todavia, isto implica desconfiança por diversos setores, sobretudo devido aos fortes interesses econômicos e àqueles que dizem respeito ao comércio internacional de bens e serviços culturais, além do risco destas criações serem capturadas e subvertidas pela indústria cultural criativa¹⁰. A seguir, situaremos a gênese e a história do Programa *Cultura Viva*, bem como as suas implicações.

3.1 Caracterização da história do Programa *Cultura Viva*: mutações

Em 2003, o Ministério da Cultura concretizou o início a um intenso processo de discussão e reorganização do papel do Estado na área cultural. Houve um amplo investimento visando não só à recuperação do orçamento como também à discussão de mecanismos que pudessem possibilitar uma melhor distribuição do seu pequeno recurso e o seu aumento, a fim de alcançar um equilíbrio regional, questão que voltou a ser prioritária. Consideramos crucial também a retomada do conceito ampliado de cultura, a articulação entre cultura e cidadania, além da sua correlação com a economia do país. Ainda que esta última seja a área menos desenvolvida e exija maior articulação, investimento e cuidado, foi feita uma tentativa de articulação com a área da economia solidária e a produção colaborativa.

A seguir, reproduzimos um trecho do discurso do ministro da Cultura, em que recorda e reconhece a importância de Mário de Andrade, cujo papel no cenário cultural brasileiro foi abordado no capítulo anterior, a quem atribui a inspiração da atual gestão do MinC (2003-2010):

¹⁰ Entendemos que as “Indústrias criativas” são um conjunto de atividades econômicas relacionadas à geração de conhecimento e de informação como: publicidade, arquitetura, artes e antiquários, artesanato, design, moda, cinema e vídeo, música, artes performáticas, edição, software e serviços de informática, tevê e rádio. Trata-se de um setor heterogêneo que mantém importantes relações econômicas com os setores de turismo, museus e galerias, patrimônio e esporte. De acordo com Szanieck e Silva, este modelo das indústrias criativas soa anacrônico e aponta uma contradição: enquanto o termo “criativas” sugere a substituição da repetição industrial pela invenção sobre a qual se baseia a produção pós-industrial. Já o termo “indústrias” parecer insistir na redução do imprevisível à criação do previsível de uma linha de montagem, que não se limita ao chão de fábrica, mas se estende a toda a metrópole, integrando produção e consumo. A tensão interna ao termo “indústrias criativas” aponta a esquizofrenia do capitalismo contemporâneo e a esquizofrenia dos nossos políticos (Szanieck, Silva, 2010).

Mário de Andrade foi quem desenhou nosso Iphan nos anos 30, que deu às suas idéias míticas uma forma institucional. Foi ele quem estabeleceu as balizas antropológicas e estéticas para a preservação da diversidade cultural brasileira. Pensou um modo de conservar a memória que a tornava viva, tirando o patrimônio das gavetas e botando ela nas ruas, no atrito vivo da multidão, fazendo objetos sagrados experimentarem da incerteza do cotidiano. Autor de teorias e peças literárias que mostraram à nossa imaginação como poderíamos nos tornar aquilo que já éramos. **E éramos, sem saber, uma cultura verdadeiramente brasileira. Mas tínhamos receio e preconceito de ser, medo da nossa afirmação, de nossa identidade de muitas identidades.** Foi Mário, com suas fantasias, que nos libertou de nosso complexo de inferioridade simbólica. Grande abridor de trilhas (Gil, 2006, grifos nossos).

Contudo, no primeiro ano da gestão 2003-2008, o MinC criou o programa *Refavela*, com o objetivo de apoiar iniciativas culturais nas periferias das grandes cidades e no interior do Brasil. A Portaria nº 515 instituiu a criação do programa publicada no Diário Oficial em 2 de dezembro de 2003 e se propunha a fornecer:

(...) apoio institucional e técnico para o desenvolvimento de atividades culturais às comunidades locais, bem como o acesso a métodos modernos de comunicação que permitam a troca de informações e de experiências na área da cultura; será executado de forma descentralizada, em nível dos governos locais, utilizando como principal infra-estrutura logística a Base de Apoio à Cultura (BAC), a ser construída com recursos advindos de parcerias estabelecidas com governos estaduais e municipais, com empresas públicas e privadas, com associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil, e recursos orçamentários consignados na lei orçamentária. As parcerias referidas poderão, quando for o caso, utilizar-se dos benefícios fiscais previstos na legislação que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). (De olho em Brasília, 2003).

O lançamento do programa previa a construção de 50 BACs nas periferias e cidades do interior do país. De acordo com o Ministério da Cultura (BRASIL, 2007c), se contaria na época, com apoio da Petrobrás, que previa investir R\$ 70 milhões para as instalações das BACs, cuja estrutura ofereceria apoio institucional e técnico a artistas e produtores dessas localidades.

Esta proposta contava com o entusiasmo de alguns, principalmente nas localidades em que se projetava a construção dessas Casas de Cultura. Por outro lado, esta iniciativa foi duramente criticada por uma parcela do meio político e artístico-cultural do país. A crítica se referia predominantemente ao custo, considerado oneroso, bem como a sua manutenção que dependeria do Estado e das políticas conjunturais, já que o programa seria implementado em localidades que não dispunham de recursos que as viabilizassem, além de não garantir o estímulo às iniciativas artísticas e culturais locais.

Essas considerações foram ganhando força inclusive dentro do próprio Ministério, argumentações que sustentaram a alteração da proposta. O programa *Refavela* não chegou a ser efetivado, o que acarretou um significativo deslocamento de prioridades políticas nas alterações e foco principal programa da Secretaria de Programas e Projetos Culturais do MinC. Gestado com uma série de problemas o *Refavela* era um programa de acesso à cultura “que não tinha dado muito certo porque ele tinha o foco muito voltado pra estrutura, pra construção de centros culturais em periferias e favelas no Brasil e não tinha muito substrato em termos de conteúdo, do uso e da ação permanente. E cultura é, sobretudo, isso. Muito mais que prédio, cultura são pessoas. Cultura é um processo contínuo” (Turino *apud* Portilho, 2009, p. 2). A ação pública que se propunha a instalar equipamentos culturais em cidades, bairros e regiões com pouco acesso à cultura foi alterada para um novo programa, o *Cultura Viva*.

Assim, além do problema em priorizar apenas o investimento em infraestrutura foi delineada uma questão conceitual, que implicava reconhecer a produção cultural em todo o país. Nasce, então, a proposta que tinha como orientação política o apoio à realização de projetos e iniciativas artísticas em equipamentos culturais já existentes e que possuíssem ações sociais e culturais há mais de dois anos: o Programa *Cultura Viva*. Célio Turino afirma que o objetivo passava a ser a união de arte com educação, cidadania e economia solidária, chegando aonde o Estado nunca alcançou, acreditando na inventividade do povo. “Limitamos as imposições e dirigismo. Invertemos a lógica da estrutura para a lógica do fluxo. Repassamos a verba e os Pontos utilizam da forma que acharem melhor” (Turino, TEIA, 2006).

Turino afirmava ainda que era preciso ir além das tradições e avançar nas novas produções dos morros, periferias e do campo. “É a habilidade do nosso povo que se transforma no contato com o outro (...) **não se trata de levar cultura e sim de afirmar a cultura que existe numa localidade**” (Turino, TEIA, 2006, grifo nosso). Essa mudança é fundamental e reflete uma enorme mudança de paradigma em relação às políticas culturais anteriores, sobretudo em relação à ideia original das BACS/ *Refavela*, pois seria um contrassenso imaginar que a cultura seria incentivada em comunidades e favelas a partir da construção de edifícios estranhos à realidade local, exigindo das pessoas que se adequassem a um projeto pensado sem a sua participação.

A iniciativa de criação de uma proposta governamental executada de forma descentralizada, que articulasse as diferentes esferas do poder público e integrasse a cultura com a comunicação, ganhou corpo e destaque no discurso de formulação do Programa *Cultura Viva*. Acrescentou-se a esta orientação a perspectiva cidadã de promover a participação de grupos sociais e o incentivo às expressões culturais já existentes nas comunidades locais, além da conexão entre cultura e educação.

Em julho de 2004, baseada nesses princípios, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura (SPPC¹¹/MinC) criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - *Cultura Viva*. Tendo como objetivo promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, o programa se propôs a potencializar “energias” sociais e culturais, apoiando a realização de iniciativas artísticas e culturais já existentes.

Além disso, o MinC adotou uma visão de cultura como “produto das subjetividades em movimento”, advinda da inspiração que deu origem ao Programa *Cultura Viva* que partiu do seu desejo de realizar um *do-in antropológico*, que consistia em estimular os pontos vitais de expressão da cultura brasileira, por meio de recursos que potencializassem suas ações e dinamizassem sua comunicação. O nome Ponto de Cultura surge do discurso de posse do ministro Gilberto Gil (2003): “Pontos vitais da nação”.

Esta ideia foi incorporada por Turino (2005), que partiu da consideração de que a nação não é uma massa compacta e estática, ou um conjunto de estereótipos e tradições importadas, mas um organismo vivo, pulsante, envolvido em contradições e que necessita ser constantemente energizado e equilibrado, daí a ideia de uma acupuntura social que vai direto aos Pontos. O Programa *Cultura Viva* nasceu dentro dessa compreensão da cultura. Inicialmente, o Ponto de Cultura era considerado a ação prioritária do programa, “mas o seu caráter articulador das demais ações ganhou grande dimensão e alargado alcance, sendo possível hoje considerar o Ponto de Cultura como eixo estruturante do programa, a espinha dorsal do *Cultura Viva*” (Vilutis, 2009). Os Pontos de Cultura são considerados como iniciativas que articulam as dimensões simbólica, cidadã e

¹¹ De acordo com a estrutura regimental do Ministério da Cultura (MinC), publicada no Diário Oficial da União de 4 de maio de 2009, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC) passou a ser denominada Secretaria da Cidadania Cultural (SCC).

econômica da cultura por meio de suas práticas e atuações junto às comunidades em que estão inseridos.

Aqui reside uma das contradições e impasses do programa, pois nem toda manifestação cultural tem o potencial para a área econômica, por exemplo. O marco de reformulação do papel do Estado na cultura, que incluía o Programa *Cultura Viva* se propôs a estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia na relação entre Estado e sociedade orientados pela articulação dos conceitos de **empoderamento**¹², **autonomia** e **protagonismo social**, apresentados em seminários e publicações. A partir dessa perspectiva, instituíram-se os Pontos de Cultura como espaço de ressignificação da criação cultural ao suscitarem práticas de diversas linguagens estéticas relacionadas entre si, que consideram a dinâmica cultural local e incorporam o conhecimento apreendido ao patrimônio cultural de suas comunidades.

A forma do acesso ao programa ocorre por meio de editais públicos que convidam instituições privadas e públicas de caráter cultural, como organizações sem fins lucrativos da sociedade civil, a apresentarem projetos nas cinco ações do programa: *Pontos de Cultura*, *Cultura Digital*, *Agente Cultura Viva*, *Ação Griô* e *Escola Viva*. A implementação das ações do programa se concretiza com os recursos que advêm fundamentalmente da Lei Orçamentária. Dentre os critérios, as instituições da sociedade civil que querem se tornar Pontos de Cultura devem aliar características tais como: configurar pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de natureza cultural, como associações, sindicatos, cooperativas, fundações privadas, escolas caracterizadas como comunitárias e suas associações de pais e mestres; ou organizações tituladas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Sociais (OS), com atuação comprovada na área social e cultural há pelo menos dois anos.

Segundo a primeira avaliação do Programa *Cultura Viva*, realizada em 2006 pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LPP/UERJ), 59% das instituições proponentes de Pontos de Cultura são organizações não governamentais (ONGs); 6% constituem fundações e

¹² O termo “empoderamento” origina-se da tradução de *empowerment* que, na literatura educacional crítica anglo-saxônica, refere-se ao processo pelo qual grupos sociais subalternos adquirem, pela via da educação, meios de fortalecer seu poder para resistir a estruturas de opressão e dominação. A tradução do termo na obra de Homi Bhabha é configurada na expressão “aquisição de poder” ao se referir a este conceito (1998, p.10). Outros autores utilizam a expressão “fortalecimento dos grupos populares”, “apoio social”, dentre outros (Valla, 1998; 2002).

instituições privadas. Já a pesquisa/avaliação realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹³, feita em 2007 e 2008 e publicada em 2010, se refere à “anterioridade das atividades ao programa e formas de instituição predominantes”, constatando que 17% não eram realizadas, 66% eram realizadas por associações, 9% pela comunidade, 17% por grupos artísticos, 6% por pessoas, 0% por empresas e 3% responderam “outros”. Em um paralelo entre as duas pesquisas, as ações, em sua maioria, continuaram a ser exercidas por organizações não-governamentais.

Ao propor o entrelaçamento das ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora, a promoção da cultura enquanto expressão e representação simbólica, articulada ao direito de cidadania e, ainda, da cultura enquanto economia refletem a intenção de propor experimentações por meio de várias frentes de ação. A formação de redes sociais, outro objetivo do Programa, buscou apoiar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das alternativas autônomas para a gestão cultural. O Programa *Cultura Viva* abrange os mais variados grupos sociais: crianças, jovens, mulheres, indígenas, comunidades da periferia de grandes metrópoles do País, comunidades afrodescendentes, associações de bairro e populações camponesas, ribeirinhas, rurais e sem-terra, dentre outros. As organizações são selecionadas por edital público e passam a receber recursos do Governo Federal para potencializar seus trabalhos.

É possível identificar também neste programa as diretrizes políticas referentes à descentralização da gestão cultural, a integração das diversas linguagens artísticas, a articulação com a educação e outros setores sociais, além da busca pela convivência na diversidade cultural ao reunir um perfil variado dentre os participantes do programa. Historicamente, conforme vimos no capítulo anterior, essas diretrizes nos remetem à reformulação do papel do Estado na cultura, incluindo contemporaneamente a proposta de democratização cultural ainda incipiente. O Programa *Cultura Viva*, enquanto uma das propostas do MinC para enfrentar esse desafio, é colocado da seguinte forma:

¹³ A pesquisa incidiu sobre o universo de 526 Pontos de Cultura conveniados até dezembro de 2007, dos quais 16% estavam com as atividades suspensas, não haviam iniciado ou estavam desativados.

Precisamos moldar o Estado brasileiro à imagem de seu povo. (...) O *Cultura Viva* deseja contribuir para essa aproximação, em busca de um **Estado ampliado**. É um programa de acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural, cujos parceiros imediatos são agentes culturais, artistas, professores e militantes sociais que percebem a cultura não somente como linguagens artísticas, mas também **como direitos, comportamentos e economia** (BRASIL, 2004b, p. 15, grifos nossos).

Destacamos o termo “Estado ampliado”, que evidencia a intenção de atuar no conjunto da sociedade em diferentes âmbitos, supondo que o Estado possibilite a criação de mecanismos de articulação e de participação desses parceiros, bem como viabilize a democratização cultural. Ao incidir na organização do espaço público e no exercício dos direitos, as políticas culturais implicam o estabelecimento de diálogos com o contexto social, seus limites e necessidades para atuar de forma integral.

Outra perspectiva que destacamos, aliada a esta reflexão, diz respeito a noção de que 99% das instituições entrevistadas pelo LPP/UERJ (2006) responderam realizar atividades de formação, evidenciando a articulação entre cultura e educação muito presente na execução do programa. Quanto à motivação em participarem da iniciativa do Programa *Cultura Viva*, 67% responderam que a falta de acesso a bens e produtos culturais foi um elemento motivador para a realização da atividade proposta. Isso indicava que há uma proximidade entre o objetivo do Programa *Cultura Viva* de incentivar o acesso à cultura e o objetivo das instituições e de suas ações culturais propostas. Já na pesquisa do IPEA (2007/2008) a resposta sobre a motivação foi diferente: 49% apontaram a “busca de recursos”, seguida da “necessidade de preservar” com 23%, e em terceiro lugar aparece a “diversificação da cultura local” com 21%, demonstrando a mudança em relação à primeira pesquisa.

3.2 A composição do Programa *Cultura Viva*

O caráter articulador do Ponto de Cultura em relação às demais ações do Programa *Cultura Viva* o caracterizou como eixo estruturante, embora tenha sido considerado, desde o início, ação prioritária. Ao longo do desenvolvimento do Programa, os Pontos tiveram sua dimensão e alcance ampliados, sendo possível tomá-lo hoje espinha dorsal do *Cultura Viva*. É por meio dos Pontos de Cultura

que as iniciativas artísticas e culturais são impulsionadas e se articulam, tornando-se referência para o Programa e constituindo a sua principal iniciativa em termos de visibilidade e produção.

Como premissa e justificativa do programa foi colocado que as comunidades têm dinâmicas culturais próprias. Ou seja, a princípio, qualquer comunidade pode constituir um Ponto de Cultura. Contudo, em que situações o poder público reconhecerá tais Pontos de Cultura? Quais os critérios de reconhecimento? Pelas justificativas do programa, deveriam ser consideradas várias modalidades de inserção no programa, sendo que para tal é necessário empregar conceitos diferenciados de Ponto de Cultura. Em primeiro lugar, é necessário enfatizar que **i) qualquer instituição pode participar do Edital, desde que cumpra os requisitos ali definidos, ii) o critério geral para a definição de um Ponto de Cultura é a existência de oficinas culturais e iii) todos poderão ser visitados nas expedições culturais.** Isso posto, é importante que a definição do Ponto de Cultura contemple diferentes modalidades que reconheçam a diversidade organizacional de experiências e formas de interação com o Estado, a comunidade e a sociedade (Silva, MinC, 2007, grifo nosso).

As demais ações que compõem o *Cultura Viva*, como a Cultura Digital, Agente *Cultura Viva*, Griôs¹⁴ e *Escola Viva*, apontam diretrizes, orientam iniciativas e comportam princípios que são incorporados nos Pontos de Cultura, responsáveis pela sua dinamização em seu território e também em rede. Com a entrega inicial de 100 kits multimídia a 100 Pontos de Cultura, a ação Cultura Digital teve como base inicial o repasse de orientações aos demais Pontos de Cultura que receberam o recurso para a compra de seu kit. O conjunto dos equipamentos multimídia sugerido pelo MinC reúne filmadora, gravador digital, mesa em dois canais de áudio e dois computadores que funcionam como ilha de edição, o que permite experimentações e intercâmbios nos Pontos de Cultura, bem como a gravação de músicas, captação e edição de imagens, confecção de vídeos, e disponibilização do trabalho na *Internet*.

A Cultura Digital, considerada inicialmente como central no Programa *Cultura Viva*, enfrentou impasses na implementação da sua estrutura. Em 2005, a equipe da ação Cultura Digital realizou uma série de visitas aos Pontos de Cultura

¹⁴ A ação Griô Nacional foi baseada na experiência da Associação Grãos de Luz. Contemplada no primeiro edital, a Associação localiza-se em Lençóis (Bahia), e em 2005, com o projeto *Grãos de Luz e Griô: a tradição viva* desenvolveu a iniciativa vinculada à tradição oral e à cidadania por meio de uma proposta pedagógica que proporciona a vivência afetiva, o diálogo ritualizado, o envolvimento comunitário e a convivência intergeracional. Atualmente a Ação Griô compreende uma rede com 130 Pontos de Cultura, envolvendo cerca de 750 griôs e mestres bolsistas de tradição oral, 600 escolas, universidades e outras entidades de educação e cultura. Além da coordenação realizada pelo Ponto Grãos de Luz e Griô e pelo Ministério da Cultura, conta-se com mais sete Pontões de Cultura regionais, a parceria da Secretaria de Cultura da Bahia, da FUNJOPE, atual Secretaria de Cultura e da Secretaria de Educação do estado de João Pessoa.

para levantamento de informações para a criação de uma plataforma agregadora de comunicação, gestão e publicação da produção imaterial e material dos Pontos no ciberespaço. Esta plataforma agregadora consistiu em uma estrutura que reunia ferramentas de diálogo, armazenamento de informações e produções de materiais culturais. Essa plataforma era composta por três ferramentas: o *Mapsys*, o *Conversê* e o *Estúdio Livre*.

O *Mapsys* consistiu na organização de dados, reunidos inicialmente por meio das visitas da equipe da Cultura Digital e, posteriormente, também pela equipe da SPPC/MinC para realizar o acompanhamento da gestão dos convênios. O *Conversê* funcionava como uma rede social, um espaço de diálogo, troca de informações, conversas e articulações entre os Pontos de Cultura. Já o *Estúdio Livre* consistiu na terceira ferramenta dessa plataforma, que permitia aos Pontos de Cultura inserirem seus vídeos, disponibilizarem suas músicas, editarem materiais e compartilharem dados, informações e criações artísticas.

Produzidas em *software* livre, essas três ferramentas não pertenciam a um proprietário, mas eram programas que podiam ser usados, copiados, modificados e redistribuídos sem restrições, a partir de licenças livres em que fosse possível escolher os direitos que se queria preservar e disponibilizar, tanto os programas como as criações. O princípio do *software* livre é orientador de todas as iniciativas da ação Cultura Digital e do Programa *Cultura Viva*.

O Ministério da Cultura firmou parcerias que ampliaram a equipe atuante na ação Cultura Digital para orientar os Pontos de Cultura a utilizarem essas tecnologias, e passaram a desenvolver oficinas multimídia para a formação e manejo das ferramentas nos Pontos de Cultura. Em 2006, foram realizados mais de 10 Encontros de Conhecimentos Livres, nos quais aconteciam oficinas de produção de áudio, edição de vídeo, metarreciclagem, montagem de blogs e sites, tudo em *software* livre. As oficinas visavam a proporcionar aos Pontos de Cultura a apropriação da proposta conceitual e política do *software* e do conhecimento livre, bem como incentivavam o trabalho colaborativo e de intercâmbio da produção dos Pontos de Cultura. Estes encontros de Conhecimentos Livres visavam também a colaborar para a articulação dos Pontos de Cultura em rede, sendo as primeira iniciativas do MinC na promoção de espaços de encontro, diálogo, articulação e produção conjunta entre os Pontos de Cultura.

Assim, destacamos que a Cultura Digital, parte das ações deste contexto, foi considerada desde o início peça-chave na articulação em rede dos Pontos de Cultura proposta pelo Programa *Cultura Viva* para viabilizar a criação e a apropriação de novas formas de expressão. No entanto, as dificuldades e limites da implementação dessa ação também foram expressivas e tinham relação direta com o acesso à cultura e a perspectiva da transversalidade do Programa. Inicialmente, o MinC firmou um Termo de Cooperação com o Ministério das Comunicações que previa a instalação de mil antenas GESAC (Programa de inclusão digital do Governo Federal, coordenado pelo Ministério das Comunicações) para proporcionar o acesso à internet aos Pontos que não o dispusessem, mas essa ação não se efetivou e muitos Pontos de Cultura ainda hoje não possuem conexão.

Destacamos que a luta pela ampliação da banda larga e respectivo acesso a essa tecnologia ainda é uma reivindicação dos Pontos de Cultura, dificultando a socialização pretendida pelo Programa *Cultura Viva* desde 2004. De acordo com a pesquisa nacional de avaliação do Programa GESAC/2009, do total de 3.570 Pontos de Presença (PP), localizados em escolas públicas, ong's, telecentros, quilombos, ribeirinhos, tribos indígenas e unidades militares em funcionamento, 727 foram sorteados para fazer parte de uma amostra avaliativa em outubro de 2008.

A pesquisa pretendia identificar as inúmeras dificuldades, dentre as quais as de conexão lenta e descontínuas e de contato com o suporte técnico. Em 2009, cerca de 10.800 PPs estavam distribuídos nos estados brasileiros, porém sem ter atingido os Pontos de Cultura, estando presentes apenas em um Ponto na cidade do Rio de Janeiro (Centro Cultural Cartola e 2 no Estado, Centro de Integração Social Amigos de Nova Era/Cisane/Nova Iguaçu e AMOC/Associação de moradores do Campinho/Paraty).

A proposta da *metarreciclagem* também não foi efetivamente implementada, pois requeria um acompanhamento técnico maior e mais consistente para efetivar o reaproveitamento dos equipamentos ultrapassados ou sem uso em tecnologias adequadas às necessidades de várias comunidades. Este processo previa a princípio uma apropriação simbólica, física e conceitual dos equipamentos que seriam desmontados e remontados de forma criativa,

transformando a relação do usuário com a máquina, como se constata em algumas experiências:

O Ponto deu um salto na comunicação com outros e estímulo para outros desafios no Ponto, como dominar a cultura digital. A gente percebe que a globalização pode estar a nosso favor. Podemos filmar nossas brincadeiras, nossas ações e divulgar. A batalha não é mais pelo meio de produção, pois até celular filma... (...) a batalha é pela dica, a batalha é para democratizar os meios. O direito humano, a comunicação com outros humanos. Não é só ligar a TV e receber, isso não é comunicação. Na cultura digital, sim pode, é diálogo. **Do preconceito que a gente tinha, passou a fazer parte.** O trabalho grande hoje é para colocar mestres na rede (Simões - Ponto de Cultura Invenção Brasileira - DF, 2010, grifo nosso).

Ainda que incipiente, destacamos também a prática do uso comunitário e colaborativo, outra característica instigada pela Ação *Cultura Digital*, como o empréstimo do kit multimídia para vários eventos e outros Pontos de Cultura, o que “(...) estimulou e faz com que os alunos também tenham essa postura (...) como o caso do aluno que montou um estúdio em casa e a vizinhança tem acesso” (Coordenadora de Ponto de Cultura, 2009).

No entanto, temos no país grandes restrições para o acesso, pois, segundo o IPEA, que divulgou, em 26 de abril de 2010, um estudo para melhoria do plano nacional de banda larga, a sua expansão não depende apenas da infraestrutura. O custo no Brasil é dez vezes maior do que em países desenvolvidos (IPEA, 2010b). Até o final de dezembro de 2007, 53,1% dos Pontos de Cultura, ao todo 386¹⁵ conveniados e pesquisados pelo IPEA (2010a), em âmbito nacional, receberam ou compraram o kit multimídia; 37,3% adotaram ferramentas livres como o Linux; 35,5% utilizaram conhecimentos técnicos; 29,5% adotaram conceitos da Ação Cultura Digital; 17,4% participaram da rede e 10,1% criaram rede. Assim, constatamos uma realidade bastante distante da intenção de socializar e expandir as tecnologias digitais, pois, apesar do crescimento em ascensão, em 2008, dos 58 milhões de domicílios brasileiros, 79% não tinham acesso à *Internet*, ou seja, 46 milhões e apenas 21%, cerca de 12 milhões acessavam esse serviço (IPEA, 2010b).

A meta do Plano Nacional de Banda Larga é a de levar *Internet* rápida a 50% dos domicílios brasileiros até 2014, o que tem pouca chance de se efetivar se não forem empregadas políticas integradas do governo, como a revisão do regime

¹⁵ De um total de 550 Pontos de Cultura, foram coletados dados de 386, cerca de 70%, pois os demais tiveram problemas, ou encerraram atividades, ou ainda não tinham recebido nenhuma parcela.

jurídico ao qual o serviço está submetido e o uso efetivo do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), além de investimentos direcionados às regiões onde a desigualdade é maior. A reforma na regulamentação do serviço de *Internet* é outro empecilho, pois ela ainda não é juridicamente considerada como um serviço essencial para a população. Apenas a telefonia fixa tem sido suplantada em importância pelo acesso a banda larga.

Assim torna-se necessário discutir a inclusão das operadoras de banda larga no regime público de prestação do serviço, por meio do estabelecimento de metas de universalização e qualidade, bem como o comprometimento com a modicidade tarifária e com a garantia da continuidade. O Estado, portanto, tem o papel de fazer cobrança às operadoras, já que estão previstas no regime público (IPEA, 2010b). Assim, os desafios persistem e exigem tanto das experiências vivenciadas nos Pontos de Cultura, quanto da sociedade, questões que envolvem aspectos relacionados ao contexto social como um todo, requerendo ações integradas e que contemplem a população em geral. A gestão desse processo foi compartilhada depois que os convênios passaram a ser efetivados também através dos estados, num princípio de descentralização que viabilizou um contato mais próximo com as secretarias regionais de Cultura, facilitando o acompanhamento, suporte e diálogo entre os gestores e as manifestações artístico-culturais. A seguir, veremos o processo de implementação das ações do *Cultura Viva*.

3.3

Concepção e forma de acesso ao Programa *Cultura Viva*

Os dois primeiros editais do Programa *Cultura Viva* foram lançados em julho de 2004 e março de 2005. Com um perfil mais específico, o segundo edital focalizou projetos socioeducativos de capoeira da Bahia e a sua estrutura era semelhante ao edital anterior, em termos de tempo de execução do projeto, montante de recursos repassados e forma de prestação de contas.

Além de não contemplar diversos projetos como no primeiro edital, houve um recorte muito específico, dirigido e restrito no segundo edital, relativo a um tipo de manifestação cultural, a capoeira, e a um determinado local, a Bahia. Para justificar o caráter focalizado do edital de 2005, o Ministério destacou sua natureza enquanto iniciativa piloto de implantação de Pontos de Cultura da

capoeira. Este enfoque desencadeou editais específicos, o “Capoeira Viva¹⁶”, lançado em 2006, 2007 e 2010, em âmbito nacional.

O terceiro e o quarto editais do Programa *Cultura Viva* foram lançados ainda em 2005. O terceiro tinha muita semelhança com o primeiro no que diz respeito ao público ao qual se destinava e ao foco de seleção de projetos para a constituição de Pontos de Cultura. Porém, devido ao lento processo de conveniamento vivenciado nos dois editais anteriores, este edital objetivava constituir uma reserva de projetos de instalação de Pontos de Cultura a serem conveniados de acordo com a disponibilidade orçamentária do Ministério.

As parcerias do Programa *Cultura Viva* com o poder público municipal e estadual foram inauguradas pelo quarto edital, que iniciou uma abordagem específica voltada à constituição de Redes de Pontos de Cultura. Foram convidadas as instituições governamentais estaduais, distritais e municipais para que apresentassem projetos de estímulo às iniciativas da sociedade, como movimentos populares, entidades ou manifestações culturais, valorizando as tradições mantidas por segmentos da população e que explorassem diferentes expressões, linguagens artísticas e lúdicas.

A forma do repasse dos recursos às instituições públicas selecionadas por meio deste edital foi efetuada de forma diferenciada dos demais editais, configurando três parcelas anuais, que variaram de acordo com o número de habitantes sob jurisdição da instituição. Até 50 mil habitantes, o recurso repassado foi de até R\$ 100 mil/ano; até 200 mil habitantes, o recurso foi de até R\$ 300 mil/ano; população de até 1 milhão de habitantes, o recurso repassado chegou a R\$ 500 mil/ano e acima de 1 milhão de habitantes, o valor foi de até R\$ 1,5 milhão/ano.

A viabilização do projeto contou com o investimento público de forma compartilhada: além de recursos federais, a execução do projeto contou também com a contrapartida da instituição governamental de, no mínimo, 20% do valor do

¹⁶ Idealizado pelo Ministério da Cultura, com coordenação técnica do Museu da República e Associação de Apoio ao Museu da República, com patrocínio da Petrobras, o projeto tem como objetivo fomentar a implementação de políticas públicas para a valorização e promoção da capoeira como bem constituinte do patrimônio cultural brasileiro, apoiando uma das diretrizes de política cultural da atual gestão do Ministério da Cultura. A Chamada Pública permitirá, ainda, o mapeamento de diferentes experiências e iniciativas ligadas à capoeira em todas as macro regiões brasileiras e, eventualmente, no exterior. Em 2010, foi lançado o edital de apoio à formulação e implantação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira/Pró-Capoeira (MinC, 2005, 2010a).

objeto. Ao conceber a possibilidade das instituições públicas proporem projetos de implementação de mais de dez Pontos de Cultura em um mesmo município ou estado, dá-se início à concepção de Redes de Pontos de Cultura no Programa *Cultura Viva*. Em casos como esse, para executar o projeto, a entidade governamental passou a ser um Pontão de Cultura, com o objetivo de se constituir em um “(...) espaço cultural de articulação dos Pontos de Cultura, de irradiação da ação cultural regional e de apresentações das diversas linguagens artísticas, de cursos e oficinas, de experimentações em *software* livre, e outras iniciativas culturais que a gestão compartilhada entre poder público e comunidade achar conveniente” (BRASIL, 2009a, p. 2).

Após cinco anos de vigência, o Programa *Cultura Viva* lançou vários editais¹⁷ públicos. Ao longo desse período, é possível constatar mudanças nos formatos desses instrumentos, denotando orientações diferenciadas em relação à diretriz política do Programa e sua gestão. Até 2008, houve um aumento significativo do número de editais lançados pela SPPC/MinC por ano, passando de um edital público em 2004 para seis editais nacionais em 2008, além das parcerias realizadas nesse ano com governos estaduais, via programa *Mais Cultura*, que lançaram cerca de 20 editais públicos estaduais no ano de 2009 e 24 editais em 2010.

O aumento do número de seleções públicas para implementação de Pontos de Cultura via conveniamento ocorreu simultaneamente, a partir de 2007, com o lançamento de outros editais, que foram elaborados no formato da concessão de Prêmios e Bolsas de Incentivo. A modalidade de conveniamento, com três anos de duração, prestação de contas semestrais de acordo com o Plano de Trabalho aprovado previamente, está submetida à lei 8.666/93 e às instruções normativas incoerentes com os valores recebidos e as propostas dos Pontos, um dos fatores que tem mobilizado a criação de movimentos, ações e manifestações para exigir mudanças no marco regulatório legal.

¹⁷ Os editais, bem como as portarias com os resultados são publicados no Diário Oficial da União, com os habilitados, classificados e premiados. A comissão avaliadora das propostas é composta por representantes do MinC e da sociedade civil. As solicitações de recursos administrativos têm um prazo de cinco dias úteis, a contar do dia subsequente à data da publicação do edital, para ser enviado à Secretaria de Cidadania Cultural, SCC/MinC.

A seleção de projetos nos níveis estadual e municipal para a implementação de Pontos de Cultura segue o mesmo perfil de abrangência do público participante como constatamos:

- Estudantes da rede pública de ensino;
- crianças em situação de vulnerabilidade social;
- populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos e de cultura, tanto nos grandes centros urbanos quanto nos pequenos municípios;
- habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental;
- habitantes de comunidades indígenas, quilombolas e rurais; e
- portadores de necessidades especiais.

Já em relação às atividades e iniciativas dos Pontos de Cultura destacadas em sua seleção, identificamos o desenvolvimento de:

- a) processos criativos integrados e continuados;
- b) integração da comunidade com universidades e museus;
- c) interface com a cultura digital em *software* livre;
- d) ações de formação cultural, documentação e registro nas comunidades em que atuam;
- e) geração de renda através da cultura;
- f) capacidade em agregar outros atores sociais e parceiros públicos ou privados, garantindo a sustentabilidade futura da proposta;
- g) comprovação do espaço físico onde funcionará como sede e referência para o Ponto de Cultura;
- h) integração de linguagens artísticas e da cultura com outras esferas do conhecimento e da vida social (ciência e tecnologia, esporte e lazer, educação, trabalho, comunicação e informação e outros);
- i) integração entre culturas de tradição oral e educação formal e/ou novas tecnologias culturais, sociais e científicas;
- j) gestão cultural compartilhada.

Os Pontos de Cultura do primeiro edital receberam R\$ 150 mil e, no segundo edital, passaram para R\$ 185 mil. A diferença dos valores corresponde ao kit multimídia e às inúmeras dificuldades em operacionalizar a compra pública

dos equipamentos, pois, na licitação de compra, o Ministério não recebeu proposta de venda para os acessórios e a compra tardou em ser operacionalizada.

O Ministério conseguiu entregar apenas 100 kits multimídia em maio de 2006, quase dois anos após o lançamento do edital. Isso fez com que a equipe da ação Cultura Digital realizasse um mapeamento dos projetos aprovados no primeiro edital, além de um levantamento das necessidades e condições de utilização dos equipamentos como subsídios para definir os 100 Pontos de Cultura que seriam priorizados para recebimento dos kits. Os demais Pontos de Cultura receberam o recurso para efetuar a compra direta dos equipamentos.

Assim, já no segundo edital o kit passou a ser comprado pelos Pontos, com os recursos da primeira parcela. Apesar da mudança de valores, os procedimentos de redistribuição de recursos e prestação de contas se mantiveram os mesmos, com o repasse executado em cinco parcelas semestrais e a prestação de contas feita mediante a utilização de cada parcela, condicionando o recebimento da parcela seguinte. Porém, não foi exatamente assim que os processos ocorreram, devido, principalmente, à reduzida equipe do MinC para acompanhar, avaliar e aprovar as prestações de contas, acarretando inúmeros problemas burocráticos e cotidianos para os Pontos de Cultura como veremos no quinto capítulo.

Apesar dos problemas, fica evidente que o escopo do Programa é diverso, aberto e vasto, principalmente diante da intenção de incidir na área das linguagens artísticas integradas, na geração de renda, na promoção da cidadania e na área de educação. A promoção, financiamento e a visibilidade dessas ações, considerando-as estratégias de formação humana e de desenvolvimento, bem como a geração de renda e a articulação comunitária são responsabilidades do Estado. São atribuídas, porém, aos Pontos de Cultura. Os recursos recebidos, no entanto, não viabilizavam impacto em todos estes âmbitos, ou além do que o Ponto já realizava.

Outra forma de acesso ao Programa *Cultura Viva*, lançada em julho de 2007, pela SPPC/MinC, foi um edital de Pontões de Cultura, com a novidade de que, dessa vez, a seleção estava voltada não apenas a entidades públicas, mas envolvia também entidades privadas sem fins lucrativos. O edital foi dividido em duas categorias: Pontões de Cultura e Pontões de Cultura Digital, este último com a peculiaridade de utilizar meios digitais para difusão e promoção de suas

atividades. O edital de seleção de pré-projetos tinha como objetivo conveniar 15 projetos e fazer um banco de projetos com as demais iniciativas aprovadas a serem futuramente conveniadas.

Neste edital, o Pontão de Cultura é considerado o instrumento de promoção do intercâmbio e difusão cultural, baseados na articulação de Pontos de Cultura em rede e no apoio a iniciativas que integrem as diferentes linguagens e expressões artísticas. Os Pontões de Cultura são assim responsáveis por realizar as seguintes ações:

- a) a capacitação e formação dos agentes de cultura vinculados aos Pontos de Cultura;
- b) a criação e apresentação de obras artísticas realizadas em conjunto por dois ou mais Pontos de Cultura;
- c) a criação de mecanismos de distribuição, comercialização e difusão dos produtos culturais produzidos pelos Pontos de Cultura;
- d) a organização de festivais, encontros, fóruns e atividades correlatas que promovam o encontro, a troca de experiências e articulação entre Pontos de Cultura.

Assim, foi proposta a articulação das três esferas do poder público na implementação de suas ações, mais especificamente na gestão dos Pontões de Cultura e Rede de Pontos, conveniados com governos municipais ou estaduais e geridos de forma compartilhada com parte dos recursos do Governo Federal, bem como foi exigida a contrapartida dos governos estaduais ou municipais.

Entretanto, o alcance dos objetivos de democratização e acesso à cultura implicavam considerar, dentre outras, determinadas condições, como a disponibilização de maiores recursos, políticas de proteção dos mercados internos, a formação de recursos humanos profissionalizados na produção e na gestão públicas da cultura, a atenção aos diversos usos culturais e a preocupação com a equidade regional na distribuição de recursos públicos, fatores que nos aproximariam do propósito de tornar a cultura democratizada e acessível.

Em 2009, por meio do edital n.º 04/09, foram selecionados 80 Pontões de Cultura a serem implementados e desenvolvidos por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, de natureza cultural. Das 385 propostas avaliadas, 244 foram consideradas habilitadas e 141 inabilitadas pela comissão de seleção. Originalmente proposto para selecionar 40 propostas, diante da grande demanda e

da qualidade dos projetos, a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC/MinC) optou por readequar o valor orçamentário para contemplar um número maior de propostas, selecionando 80 iniciativas.

Além disso, os editais de Prêmios se diferenciam dos demais editais abordados até então, por serem iniciativas pontuais de incentivo, operadas sem os trâmites burocráticos dos convênios e viabilizadas por meio de repasse direto de recursos, em uma única parcela. Por não exigir um plano de trabalho, ou prestações de contas, solicitava-se apenas um planejamento das ações e a apresentação de um relatório de aplicação dos recursos até 180 dias após a data de recebimento do prêmio, com maior capilaridade e apoio a pequenos projetos como veremos no próximo item.

Neste processo, destacamos que os fundos públicos são elementos determinantes para compreender as contradições do modo de produção da cultura e da economia da cultura no país, em que a perspectiva da economia solidária não foi desenvolvida suficientemente, pois a redistribuição dos recursos e a tentativa de inserção dos destinatários da política no campo do trabalho¹⁸, bem como as possibilidades de construção de um rede colaborativa e auto-sustentável em torno da economia solidária exige o financiamento estatal. Entretanto, ainda que tentativas de mudanças estejam em curso, perdura no país uma relação de dependência que se construiu entre a economia da cultura e o Estado que privilegia linguagens e regiões específicas, via Leis de incentivo e renúncia fiscal.

O financiamento do *Cultura Viva* está vinculado ao Fundo Nacional de Cultura (FNC), que funciona como um dispositivo para compensar a hegemonia da lógica distributiva dos recursos das leis de incentivo. Entre 2003-2007, o FNC passa a ser considerado política redistributiva, com um significativo aumento de

¹⁸ As iniciativas neste âmbito, em sua maioria populares “são negócios que se ressentem de um plano de investimento viável, de uma organização eficiente, (...) além de se inserirem de forma muito desvantajosa no mercado” (Pochmann, 2006, p. 141).

recursos¹⁹ e o estabelecimento de conteúdo programático com diretrizes de políticas públicas que não se baseiam nos critérios de produção do mercado.

Apesar disto, o sistema de financiamento permaneceu inalterado, exigindo maior prazo, e, portanto, a continuidade das políticas públicas, com base nas mudanças no marco legal e maior volume de recursos para efetivar transformações significativas em contraponto a maior incidência dos recursos voltados para as leis de incentivo e renúncia fiscal. A gestão dos fundos públicos “e o apoio a projetos via leis de incentivo deveria significar que o incentivador coloca recursos próprios adicionais, aliás, esse é o objetivo dessas leis. Quer dizer, a renúncia fiscal não deveria ser integral, mas o poder público brasileiro abriu essa possibilidade” (Silva, 2004, p. 144).

Oliveira (1998) afirma que os fundos públicos são como um complemento ao salário-real, na forma de salário indireto, e o financiamento da reprodução da força de trabalho se faz por meio dos gastos sociais (Chauí, 2006), ou seja, socializa-se parte dos custos de produção do capital. Isto efetiva contraditoriamente a reprodução do capital, e amplia a capacidade de consumo das classes trabalhadoras, vislumbrando também possibilidades de construção de outros projetos políticos, via o deslocamento de parte da luta de classes para o controle e direção destes fundos, tendo o Estado como gestor.

Contudo, a forte pressão financeira na regulação da economia impõe sobre o Estado a construção de políticas sociais cuja função se limitaria à administração da precariedade e da desigualdade (Oliveira, 2003), consistindo em um risco para as políticas públicas. Assim, a possibilidade de redução ou contingenciamento dos recursos para a cultura é maior em qualquer contexto de crise econômica, restando um pequeno espaço para os grupos populares aos direitos culturais. As limitações das mudanças estruturais nas políticas de financiamento envolvem o debate sobre o investimento dos recursos em um programa, o *Cultura Viva*, que ainda não se constituiu como uma política de Estado, e, portanto, sem garantia de continuidade.

¹⁹ Na gestão 1995-2002, o FNC contou com os seguintes recursos: em 1995, foram aplicados apenas R\$ 12,9 milhões; com um pequeno aumento em 1996, para R\$ 16 milhões; em 1997, o aporte foi de R\$ 24,3 milhões; em 1998, uma pequena baixa, para R\$ 20,9 milhões; para 1999, o aporte foi de R\$ 19,1 milhões; em 2000, um significativo aumento, para R\$ 46,6 milhões; em 2001 os repasses chegaram a R\$ 64,3 milhões; em 2002, nova baixa, chegando a R\$ 43,6 milhões. Já em 2003, primeiro ano da nova gestão, o aporte foi de R\$ 46,9 milhões; em 2004, ocorreu um significativo aumento, para R\$ 85,6 milhões. Os anos seguintes coincidem com a implementação do *Cultura Viva*, em 2005, o volume de repasses foi de R\$ 132,4 milhões; e em 2006 o volume foi de R\$ 138,0 milhões (BRASIL. MinC, 2006f).

3.4

A transversalidade interna e externa: os editais de premiações e bolsas

Em relação à transversalidade das políticas, persiste no país uma dificuldade de interação e trabalho conjunto e contínuo entre os Ministérios, uma marca das políticas públicas brasileira, que, ainda assim, apesar de incipiente e frágil, foi iniciada no âmbito do Programa *Cultura Viva*/MinC com outros ministérios e da SCC com outras secretarias do MinC²⁰. Uma das primeiras interfaces do Programa *Cultura Viva* se efetivou com o Ministério do Trabalho e Emprego na gestão da ação de formação de jovens Agente *Cultura Viva*, contudo, este convênio foi extinto, por pressão e demanda dos Pontos de Cultura, como aprofundaremos no quarto capítulo.

Já a articulação com o Ministério das Comunicações na implementação da Cultura Digital e a tentativa de ampliação da banda larga/mídias enfrentam antigas forças políticas e o monopólio da área da comunicação no país. Além destes, temos a elaboração conjunta do Prêmio Cultura e Saúde, que se efetivou via acordo de colaboração com o Ministério da Saúde, e com a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID/MinC), também em parceria com o Ministério da Saúde, por intermédio do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (LAPS/Fiocruz).

Outra articulação foi realizada com a Câmara Interministerial de Cultura e Educação, criada em 2006 para o desenvolvimento de programas envolvendo ações integradas entre o MinC e o Ministério da Educação (MEC). Segundo dados do MinC, dentre os eixos estratégicos para a aproximação dos ministérios, estão a Política do Livro e Leitura, a formação de professores da Rede Pública, as TVs Públicas brasileiras e a questão da extensão universitária no campo cultural, além de publicações sobre a realização do Seminário Nacional de Cultura e Extensão. Além destas ações, faz parte desta articulação o Programa de Apoio à Cultura: Extensão Universitária (PROEXT Cultura), que visa à “inclusão de grupos sociais”, à modernização de Centros Culturais Universitários, a ampliar a extensão

²⁰ Foram criadas as secretarias de Políticas Culturais, de Articulação Institucional, da Identidade e da Diversidade Cultural, de Programas e Projetos Culturais (atual Secretaria de Cidadania Cultural/SCC) e a de Fomento a Cultura.

universitária, a mapear as iniciativas e práticas inovadoras²¹ e está em fase de reformulação. Apesar disso, em grande parte, o lugar da cultura nas universidades, por exemplo, limita-se à manutenção de corais e orquestras, além de ações pontuais e desarticuladas com as demais áreas.

Embora o direito a cultura esteja garantido na Constituição Federal²² sob diversas perspectivas, o desafio é concretizar a sua implementação, para além do lugar periférico que tem nas políticas públicas em geral e no recurso destinado a sua realização. Outras iniciativas e articulações realizadas para a execução de ações do Programa *Cultura Viva* foram feitas com Fundação Nacional de Artes (Funarte) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Secretaria de Articulação Institucional (SAI) do MinC. Os editais, bem como as portarias com os resultados são publicados no Diário Oficial da União, com os habilitados, classificados e premiados. A comissão avaliadora das propostas é composta por representantes do MinC e da sociedade civil e as solicitações de recursos administrativos têm um prazo cinco dias úteis, a contar do dia subsequente à data da publicação do edital, para ser enviado à Secretaria de Cidadania Cultural, SCC/MinC.

Assim, a trajetória dos editais de premiação teve início com a realização de três edições do Prêmio *Cultura Viva* entre os anos de 2005²³, 2006 e 2010, uma iniciativa do Ministério da Cultura que contou com o apoio do Canal Futura, patrocínio da Petrobrás e coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC. A primeira edição teve como objetivo premiar iniciativas de valorização da cultura brasileira, com caráter de continuidade e forte participação comunitária, com o objetivo de mobilizar,

²¹ Os temas do edital em 2008 foram a Memória Social e Patrimônio; a Inclusão e Sustentabilidade Econômica; a Leitura e Cidadania; a Inovação de Linguagem; a Produção de Conteúdo Audiovisual e Linguagens Alternativas. Destacamos a parceria realizada entre o Centro Lúdico da Rocinha e Em outubro de 2009, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizado na UFF e na Rocinha, no âmbito do Projeto Memória/ProExt MEC Cultura, um curso de extensão sobre *Museus comunitários*. www.laboep.uff.br

²² A cultura é mencionada em vários artigos da Constituição Federal de 1988, dentre os quais o 210º, 215º, 216º; 220º e 221º ainda não regulamentados, que preveem a programação regional ainda não visibilizada nos canais televisivos e mescla ambos os sentidos de cultura, restrito e ampliado. O primeiro sentido refere-se às manifestações artísticas e intelectuais, e o segundo está relacionado aos modos de viver, fazer e criar, com base nas diferentes culturas, além de outros, que seguem uma singular trajetória na história das Constituições brasileiras.

²³ A primeira edição do Prêmio teve mais de 1.530 iniciativas inscritas, as quais passaram pelo processo de análise e seleção de todos os estados da Federação. A inscrição não se restringiu aos Pontos de Cultura e havia a possibilidade de grupos informais inscreverem suas práticas e serem contemplados no Prêmio.

reconhecer e dar visibilidade a práticas culturais existentes nas diferentes regiões do país.

Organizado em três categorias, o Prêmio contemplava: gestão pública, manifestação tradicional e tecnologia sociocultural, e foram premiadas três iniciativas de cada categoria. A edição do primeiro Prêmio *Cultura Viva*²⁴, de 2005/2006, cujo público foi definido como sendo as iniciativas formais e não formais, sem fins lucrativos e órgãos do governo e todo o território nacional. Com os maiores percentuais nas regiões brasileiras, a **Tecnologia sociocultural** foi a que recebeu o maior número de inscrições 59%, no universo de 1.185 classificadas e 1.500 inscritas, de 500 municípios brasileiros, sendo nove premiados nas categorias gestão pública, manifestação tradicional e tecnologia sociocultural.

Esta foi uma categoria definida pelo CENPEC, com base no conceito de tecnologia social, que foi associado ao caráter cultural. Contudo, é uma área que nem sempre se utiliza de alguma tecnologia. Assim, foi estabelecida uma nova categoria, a de tecnologia sociocultural definida como “o conjunto de práticas de intervenção social no âmbito da cultura que propiciam formas democráticas de tomada de decisão, a partir de estratégias de mobilização e de participação da população, envolvendo apropriação e aprendizagem, por parte das pessoas do local e de outros atores, e gerando modelos que possam servir de referência para novas experiências. (...) É oportuno notar também que esta é a categoria em que vemos claramente que a cultura é usada como um meio para se atingir um fim social” (Prêmio *Cultura Viva*, 2007, p.39-40).

Isso caracteriza, muitas vezes, uma estratégia para o recebimento de verbas, uma vez que já foi constatado por alguns estudiosos, como Yúdice (2004) e Porto (2004), que a demanda por recursos na área cultural é grande, e as fundações limitam-se a segmentos específicos na área. Assim, são financiados aqueles que podem gerar retorno, sendo a “cultura pela cultura” pouco financiada pelas

²⁴ Em 2007, a segunda edição contou com mais de 2.000 mil inscrições de 874 municípios e premiou 21 ações. A partir de 2008, o Prêmio *Cultura Viva* promoveu encontros presenciais e à distância para a formação dos grupos. Participam do projeto de capacitação representantes das 100 iniciativas semifinalistas da primeira edição, 120 da segunda e 120 Pontos de Cultura contemplados pelo Prêmio Escola Viva 2007. O Prêmio *Cultura Viva* está na sua terceira edição e foi dirigido às iniciativas que articulam cultura e comunicação no campo das Artes e do Patrimônio Cultural, em 2010. As 120 iniciativas semifinalistas recebem o Selo Prêmio *Cultura Viva*, uma chancela de reconhecimento às iniciativas que se destacam no processo do Prêmio *Cultura Viva*.

fundações, sobretudo quando se utilizam dos incentivos fiscais, cujo interesse é a comercialização institucional e de valor publicitário. Contudo, os benefícios fiscais que as empresas recebem são compartilhados por toda a sociedade, sendo este um dos equívocos e fonte de polêmicas, mas que se espera ser modificado pela nova legislação que substituirá a Lei Rouanet, o PROCULTURA em trâmite, mas ainda não aprovado.

Deste modo, constatamos que a “cultura pela cultura”, ou a cultura não instrumental é um direito a ser assegurado pelo Estado, pois não interessa às fundações e empresas o seu financiamento. Isto porque incidem no âmbito do desenvolvimento processual e de longo prazo, com poucos resultados imediatos, e que envolve a valorização da cultura brasileira tal como se apresenta, em sua livre expressão, potencializando lugares, pessoas e favorecendo a emancipação, e não como um instrumento de controle, ou visando ao lucro.

O CENPEC constatou, na análise dos projetos que concorreram ao Prêmio, que uma parte das ações justificavam sua atuação em prol de algum benefício social ou a serviço de algo, contudo, outras invertiam esta lógica, reforçando outras perspectivas que denotavam a realização de atividades culturais por elas mesmas e possibilitando a afirmação das manifestações e das suas potencialidades nos diversos territórios²⁵. Ainda em 2006, a segunda edição do Prêmio *Cultura Viva* foi realizada e se dirigiu às iniciativas culturais e educativas em desenvolvimento, que envolvessem artes, patrimônio cultural e/ou comunicação cultural. Dividido por categorias, o Prêmio priorizava Escola Pública de Ensino Médio, Fundação e Instituição Empresarial, Gestor Público, Grupo Informal, Organização da Sociedade Civil e Ponto de Cultura. As três primeiras iniciativas de cada categoria foram premiadas com um troféu e prêmios em dinheiro, de acordo com a sua colocação.

As 200 iniciativas dos Pontos de Cultura selecionadas participaram do processo de seleção e premiação do “Prêmio *Escola Viva*”, atividade integrante da ação *Escola Viva*, anunciada em seu respectivo edital. O enfoque do Prêmio *Cultura Viva* do ano de 2010 foi o de Cultura e Comunicação, cuja edição busca estimular e dar visibilidade a iniciativas culturais que propiciam a criação de

²⁵ O CENPEC atribui o maior número de projetos inscritos da região Sul e Sudeste devido a maior facilidade de acesso às informações e a sua maior concentração populacional.

situações comunicativas e a construção de espaços de diálogos, favorecendo o reconhecimento e a divulgação do “saber fazer” das comunidades.

Além desses, houve mais nove prêmios lançados em 2009. Foram realizados onze editais nacionais e vinte e quatro estaduais em 2009. Dentre esses, destacamos abaixo os editais nacionais, alguns com edição em 2010, cujo levantamento detalhado consta no apêndice 8.3. Cabe ressaltar que os dados foram contabilizados por esta pesquisa até o período de junho de 2010. Assim, temos os seguintes editais:

1. Prêmio Cultura e Saúde,
2. Prêmio Interações Estéticas/Residências Artísticas em Pontos de Cultura,
3. Bolsas de Intercâmbio Cultura Ponto a Ponto;
4. Prêmio Ludicidade/Pontinhos de Cultura;
5. Prêmio Asas do Programa *Cultura Viva*;
6. Concurso Pontos de Leitura;
7. Prêmio Tuxáua *Cultura Viva*;
8. Prêmio Pontos de Valor: SCC/MinC e Pnud;
9. Bolsa Agente *Cultura Viva*;
10. Prêmio Estórias de Pontos de Cultura;
11. Bolsa Agente *Escola Viva*;
12. Prêmio *Areté*: apoio a pequenos eventos culturais;
13. Prêmios Pontos de Mídia Livre;
14. Prêmio Economia Viva;
15. Cultura Digital: Esporos de Pesquisa e experimentação;
16. Prêmio Cultural Loucos pela Diversidade;
17. Programa de Apoio à Cultura: Extensão Universitária/PROEXT Cultura.

O recurso do Prêmio é repassado à instituição selecionada em uma única parcela. Esta, por sua vez, tem a obrigação de encaminhar à SPPC/SCC/MinC um relatório de aplicação dos recursos em até 180 dias após o recebimento do prêmio. Parte das iniciativas colaborou para o mapeamento das instituições que atuam na área da Cultura da Infância, fornecendo dados e configurando, em certa medida, a transferência de ações de cadastro/banco de dados às próprias organizações, que preenchem inúmeros formulários.

Os critérios e o levantamento realizado sobre os projetos enviados, habilitados e selecionados pelo MinC por região, demonstram que o percentual de aprovação dos projetos é bastante variável. Alguns chegam a 20% do número total enviado, outros a 10%, e até 80%. Alguns editais mencionam a premiação “das melhores práticas” de implantação na execução dos projetos já apoiados pelo Ministério, configurando estratégias de continuidade do apoio, devido a alguns fatores, como a escassez de recursos para o estabelecimento de novos convênios, bem como a dificuldade de administrá-los, tanto por parte do Estado, quanto dos grupos de Pontos de Cultura.

Portanto, os valores destinados aos Prêmios variam em torno R\$ 5 mil, R\$ 15 mil, R\$ 18 mil, R\$ 30 mil, até R\$ 50 e R\$ 90 mil para cada projeto, dependendo do período e do prazo de realização das ações, caracterizando maior distribuição de pequenos projetos do que aqueles disponibilizados nos convênios, correspondente a 180 mil. As bolsas para os jovens Agente *Cultura Viva* têm o valor de R\$ 380,00 mensais, por 12 meses, sendo R\$ 10 mil para o projeto que consta com quatro bolsistas.

Destacamos o edital Agente *Escola Viva*, que destina R\$ R\$ 20 mil para a escola pública de nível fundamental ou médio, com R\$ 5 mil para o professor responsável, R\$ 10 mil para o Ponto de Cultura e bolsa de R\$ 4.560,00 para cada um dos três alunos, correspondendo a R\$ 380,00 mensais. É oportuno destacar que somente em 2008, após três anos de vigência do Programa *Cultura Viva*, a Ação *Escola Viva* se inicia por meio da modalidade de premiação. Ainda que não se restrinja apenas ao prêmio, realizando também encontros de articulação dos Pontos de Cultura contemplados pela ação, não tem ocorrido, por parte dos Ministérios uma iniciativa efetiva de aproximação das escolas ao Programa *Cultura Viva*, cabendo aos Pontos isoladamente, fazerem as articulações com as escolas.

Em geral, todas as regiões do país foram contempladas com percentuais diferenciados. Mas, em alguns casos, não foram enviado projetos por alguns Estados. As demais informações referentes aos editais e aos percentuais dos projetos aprovados e apoiados em cada Prêmio/Bolsa segundo as regiões encontram-se no apêndice 8.3, deste estudo. Os editais de Prêmios e bolsas foram uma forma recorrente e estratégica de viabilizar o acesso aos recursos públicos. Mostraram-se como uma alternativa diante das dificuldades do estabelecimento de

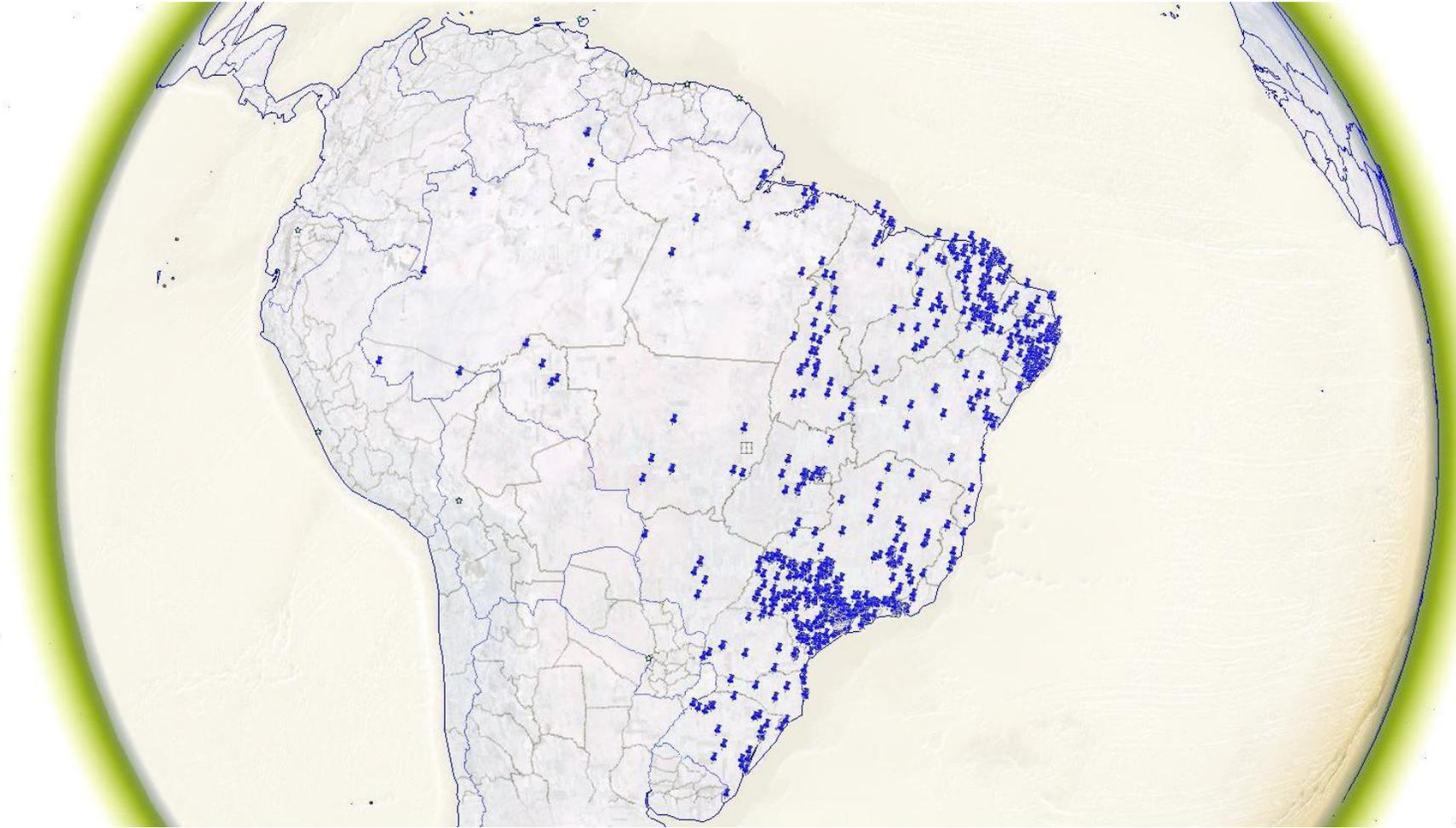
convênios com o Ministério. Voltados para ações pontuais e complementares as ações dos Pontos de Cultura, estes editais consistiram num único repasse de recurso, além de uma prestação de contas simplificada e um relatório de atividades.

A ampliação dos sujeitos beneficiados, portanto, diante do baixo recurso orçamentário do Ministério, envolveu algumas ações articuladas com outros ministérios, mas que não foram consolidadas enquanto diretrizes de políticas públicas. Apesar da ampliação dos espaços geográficos beneficiados pelos investimentos, e embora ainda de forma incipiente, destacamos duas questões importantes: a instauração de um processo de apoio e visibilidade a uma produção cultural antes invisível, apesar do pequeno recurso para área, e a explicitação da fragilidade da estrutura institucional e legal, que utiliza estratégias pontuais, como os editais de prêmios para estabelecer parcerias e acesso aos recursos públicos.

3.5 Contextualização dos Pontos de Cultura no Brasil e no Rio de Janeiro

A apreciação sobre o Mapa 1, a seguir, apresenta dados coletados até 2009, revela que há visível concentração na região sudeste e nordeste em detrimento das demais, o que pode ser atribuído a maior facilidade de acesso às informações e apoio para os pequenos grupos confeccionarem os projetos, em especial na região sudeste. Além disso, estas regiões concentram maior densidade populacional. Mas, isso não significa o atendimento da maioria da população, haja vista que bairros e municípios mais populosos e periféricos tem poucos equipamentos culturais básicos, como bibliotecas, cinemas, salas de teatro e mesmo espaços informais para a realização de diferentes manifestações artísticas.

Mapa 1 - Pontos de Cultura no Brasil (2009)



Fonte: Adaptação própria a partir dos Relatórios/Banco de dados Mapas da Rede IPSO/Google Earth.

Embora o maior investimento na região Nordeste seja um dado novo, e a intenção de distribuir os recursos públicos tenha sido uma das metas do MinC, ainda se observa a concentração dos investimentos, como vemos no mapa 1. Essa realidade envolve o longo e complexo processo histórico estrutural que reproduziu desigualdades, em detrimento da valorização da diversidade brasileira, que passa a ser reconhecida pela gestão 2003-2010, porém, com um longo um caminho para a transformação desse cenário e a efetiva potencialização das suas criações artístico-culturais, seu escoamento e circulação.

Após quatro anos e meio de existência, ao final do ano de 2008, o Programa *Cultura Viva* contava com 824 Pontos de Cultura em todas as Unidades da Federação, no entanto, com o lançamento dos editais estaduais, esse número aumentou para 1.396 Pontos (Relatórios Pontão Mapas da Rede, IPSO, 2009). Em 2010, segundo este órgão, o número corresponde a estimativas de 2.500 Pontos de Cultura. Deste modo, consideramos, neste estudo, os dados que já foram contabilizados nesta base de dados, número abaixo da estimativa projetada de 2.500 Pontos de Cultura, além disso, optamos pela soma dos 224 Pontos de Cultura em fase de conveniamento com a Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, totalizando, desta forma, 1.620 Pontos de Cultura ao todo. Ressaltamos, porém, que este número esta sendo constantemente alterado, na medida em que são incluídos nos dados dos “Mapas da Rede IPSO²⁶”. Contudo, a Secretaria de Cidadania Cultural/MinC contabiliza aproximadamente 4.000 Pontos de Cultura distribuídos em 1.122 municípios do Brasil (Silveira, SCC/MinC, 2010).

Esta diferença corresponde ao procedimento de coleta e sistematização de dados do IPSO. Sua metodologia dos “Mapas da Rede IPSO” contabiliza um único Ponto, mesmo que este corresponda a vários projetos. Já a SCC/MinC considera, por exemplo, o próprio Ponto de Cultura IPSO como dois Pontos, por ser tanto um Ponto, como também um Pontão de Cultura, daí a discrepância nos números. Isto ocorre com outros que associam ao mesmo espaço do Ponto de Cultura, um Pontinho de Ludicidade, ou um Ponto de Mídia livre, ou ainda um Ponto de Leitura.

²⁶ O Pontão de sistematização de dados do Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais Tecnológicas localizado em São Paulo/IPSOC foi criado para desenvolver durante três anos, a coleta, mapeamento e sistematização dos dados e informações obtidas junto aos Pontos de Cultura. Os produtos deste trabalho são os relatórios mensais e trimestrais, com mapas georreferenciados, infográficos, cruzamento com indicadores sociais e outras ferramentas, que tem o objetivo de identificar padrões e tendências para que sejam usados como instrumentos de gestão.

Tabela 1 - Pontos de Cultura por Região e população

Região	População (Censo IBGE, 2000)	Número de Pontos de Cultura (Mapa Rede IPSO, Secretarias de Estado de Cultura)	Pontos por 100 mil habitantes
Centro- Oeste	11.636.728	102	0,88
Nordeste	47.741.711	472	0,99
Norte	12.900.704	98	0,76
Sudeste	72.412.411	850	1,17
Sul	25.107.616	98	0,39
Total			
geral	169.799.170	1.620	0,95

Legenda:

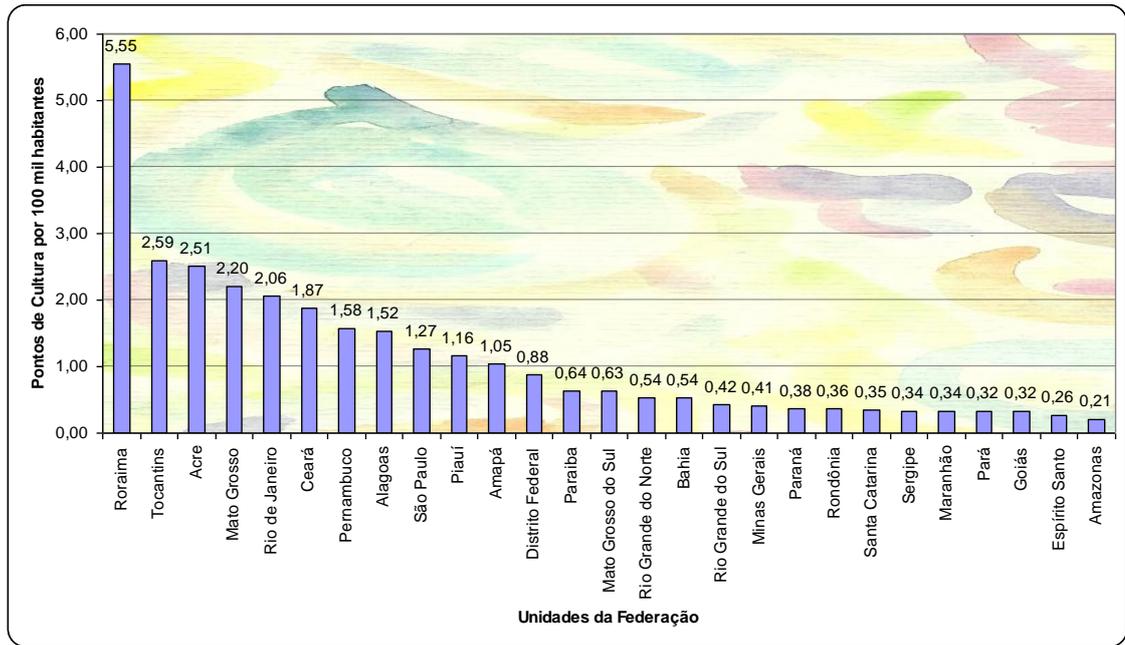
■ Acima de 1 Ponto de Cultura por 100 mil habitantes.

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios/Banco de dados Mapas da Rede IPSO e Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, 2010.

A tabela 1 demonstra que o número de Pontos a cada 100 mil habitantes só é ultrapassado pela região Sudeste, cujos índices correspondem a 1,17% de Pontos de Cultura por 100 mil habitantes, embora haja diferenças importantes entre os Estados, de acordo com o número populacional. É importante destacarmos que, conforme dados projetados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a Região Sudeste compreende aproximadamente 42,6% da população brasileira e as Regiões Norte e Nordeste, em conjunto, apresentam 35,7 % da população, o que não justifica a distribuição desigual dos recursos para investimentos culturais. Contudo, as regiões Nordeste, Centro-Oeste e o país como um todo, apresentam índices bem próximos dos 100.000 habitantes, com exceção da região Norte e da região Sul com o índice mais baixo.

É interessante observar que, segundo o relatório do MinC 2009, não tem sido o tamanho da população à qual o Ponto de Cultura atende o que mais tem explicado um maior ou um menor resultado/índice de acesso à cultura nos Pontos, mas, sim, o seu potencial de atingir determinados grupos. As informações deste relatório revelam ainda que os Pontos com índices de acesso à cultura mais elevados são aqueles que atendem ao quantitativo populacional de até 100.000 habitantes, um número que consideramos demasiado para se atribuir ao escopo e alcance de um Ponto de Cultura apenas.

Gráfico 1 - Pontos de Cultura por 100 mil habitantes e Unidade da Federação

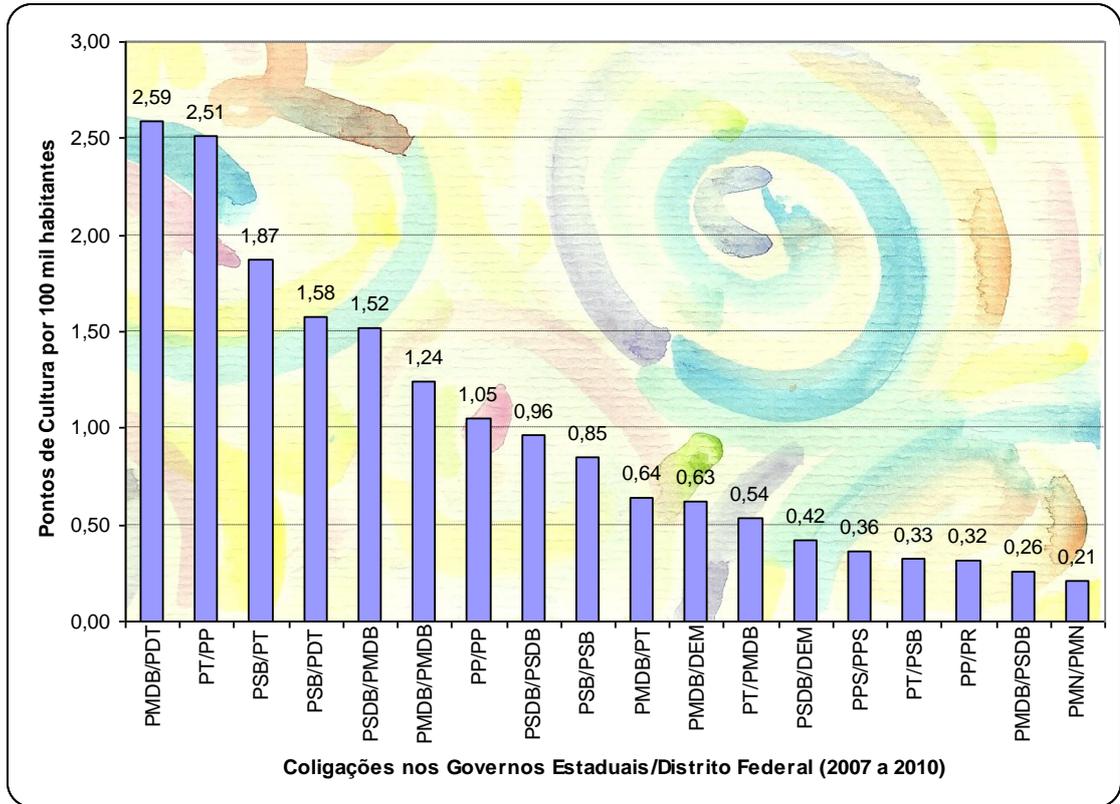


Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de dados Mapas da Rede IPSO e Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, 2010.

Os dados levantados no gráfico 1 demonstram que, ao serem dissociados, os percentuais dos Estados apresentam algumas diferenciações importantes da sua região. São exemplos Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo e Tocantins, que têm Pontos de Cultura por 100 mil habitantes acima da média dos demais, sobretudo acima das suas próprias regiões como podemos verificar na tabela 1 em comparação com este gráfico.

Enfatizamos o caso do Estado de Roraima, que, por apresentar uma população bem menor em sua região, conta com 5,5 Pontos para cada 100 mil habitantes, um dado relevante se considerarmos a proporcionalidade da população das demais regiões. “(...) A gente se sente no mapa cultura” (Chacon. Ponto de Cultura *A bruxa tá solta*. Roraima, TEIA, 2010). Algo a ser considerado como fundamental no âmbito das políticas públicas como um todo, e que pode levar a um maior equilíbrio regional, em especial no âmbito das políticas culturais tratadas neste estudo, pois o investimento em regiões menores em população promove maior alcance. Já as grandes cidades e regiões metropolitanas exigem maior investimento e articulação.

Gráfico 2 - Pontos de Cultura por 100 mil habitantes e Partidos Políticos nos Governos Estaduais/Distrito Federal



Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios/Banco de dados Mapas da Rede IPSO e Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, 2010.

Constatamos que as coligações dos partidos políticos nos Estados²⁷, ainda que configurem influências políticas e caracterizem maior ou menor investimento, revelam não só o prestígio da iniciativa, como a aceitação da proposta, já que os partidos políticos são diversos. Entretanto, isto não garantiu a aprovação das mudanças no marco legal propostas, nem a consolidação do Programa *Cultura Viva* enquanto uma política de Estado, como foi demandado. Os dados do gráfico 2 demonstram os índices de forma decrescente, em que destacamos o caso do PSDB, partido de oposição ao Governo, que aderiu ao Programa *Cultura Viva*, mesmo que isto tenha implicado certa resistência. Isto ocorreu especialmente no Estado de São Paulo.

Somente após a organização, influência e articulação da comissão paulista de Pontos de Cultura que o Edital Estadual foi realizado no final de 2009, principalmente devido às diferenças de governos e partidos. Para o representante da Comissão dos Pontos de Cultura do Estado de São Paulo, o apoio direto dos governos representa uma nova forma de fazer política cultural, que contempla a diversidade dos produtores, agentes e criadores culturais. “Significa não só mais recursos, mas também mais transparência nos recursos destinados à cultura, democratizando a produção criativa do país” (MinC, 2009c). O Estado de São Paulo contava até então com aproximadamente 200 Pontos de Cultura apoiados pelo primeiro edital do Governo Federal de 2004 e passou para 472 com o edital estadual como demonstra a tabela 2, a seguir.

Para viabilizar a descentralização do Programa *Cultura Viva*, foi utilizada a estratégia de descentralizar também os recursos orçamentários viabilizados por convênios do MinC com outros ministérios, e com Governos Estaduais e Municipais via o *Mais Cultura*. Além disso, esta estratégia objetivou reforçar e

²⁷ O número de Estados governados pelo mesmo partido do Governo Federal PT (Partido dos Trabalhadores) corresponde a quatro: (Acre (PT/PP), Bahia (PT/PMDB), Pará (PT/PSB) e Sergipe (PT/PSB), seguido do PSB (Partido Socialista Brasileiro) com o mesmo número, isto é, quatro Estados, correspondentes ao Ceará (PSB/PT), Pernambuco (PSB/PDT); Piauí (PSB) e Rio Grande do Norte (PSB). Com seis Estados, temos o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), relativos a Alagoas (PSDB/PMDB); Minas Gerais (PSDB); Rio Grande do Sul (PSDB/DEM); Roraima (PSDB); São Paulo (PSDB) e Santa Catarina (PSDB). Já com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), temos nove Estados, que compreendem Distrito Federal (PMDB/PMDB); Espírito Santo (PMDB/PSDB); Maranhão (PMDB/PMDB); Mato Grosso (PMDB); Mato Grosso do Sul (PMDB/DEM); Paraíba (PMDB/PT); Paraná (PMDB); Rio de Janeiro (PMDB/PMDB); Tocantins (PMDB/PDT). Por fim, com dois Estados, temos o PP (Partido Progressista), com o Amapá (PP) e Goiás (PP/PR). Um Estado pelo PMN (Partido da Mobilização Nacional), o Amazonas (PMN), e Rondônia pelo (PPS) (Partido Popular Socialista).

ampliar o conceito dos Pontos de Cultura ao propor o seu desdobramento em Pontões, Pontos de Mídia Livre, Pontos de Leitura e Pontinhos de Ludicidade.

Como já vimos, o Programa *Mais Cultura* foi criado em outubro de 2007, e em 2009 a seleção e o gerenciamento de novos Pontos de Cultura foram efetuados de maneira descentralizada pelos governos, cabendo ao MinC o repasse de parte dos recursos, investidos de forma compartilhada com a contrapartida das outras representações governamentais. A ação de descentralização, diante da emergência das desigualdades regionais, demonstra que, dentre os 27 Estados brasileiros apenas o Paraná (PR), o Rio Grande do Sul (RS) e o Espírito Santo (ES), não lançaram editais estaduais, sendo que este último só o fez em setembro de 2010. Todavia, os Estado do Rio Grande do Sul e do Paraná lançaram editais municipais como em Canoas e Curitiba, ambos em 2010.

Tabela 2 - Número de Pontos de Cultura, Pontões e Redes, por Unidade da Federação e Tipo de Rede

UF	Municipal	Federal	Estadual	Total geral
SP	66	106	300	472
RJ	3	68	225	296
CE	1	138	-	139
PE	-	124	1	125
MG	10	63	1	74
BA	13	56	1	70
MT	-	14	41	55
RS	5	38	-	43
AL	-	42	1	43
PR	11	25	-	36
PI	16	16	1	33
TO	-	29	1	30
PB	1	20	1	22
PA	-	18	2	20
SC	-	18	1	19
MA	-	18	1	19
DF	-	17	1	18
RR	12	6	-	18
GO	-	15	1	16
RN	-	14	1	15
AC	-	7	7	14
MS	-	12	1	13
ES	-	8	-	8
AM	-	5	1	6
SE	-	6	-	6
AP	-	4	1	5
RO	-	4	1	5
Total geral	138	891	591	1620

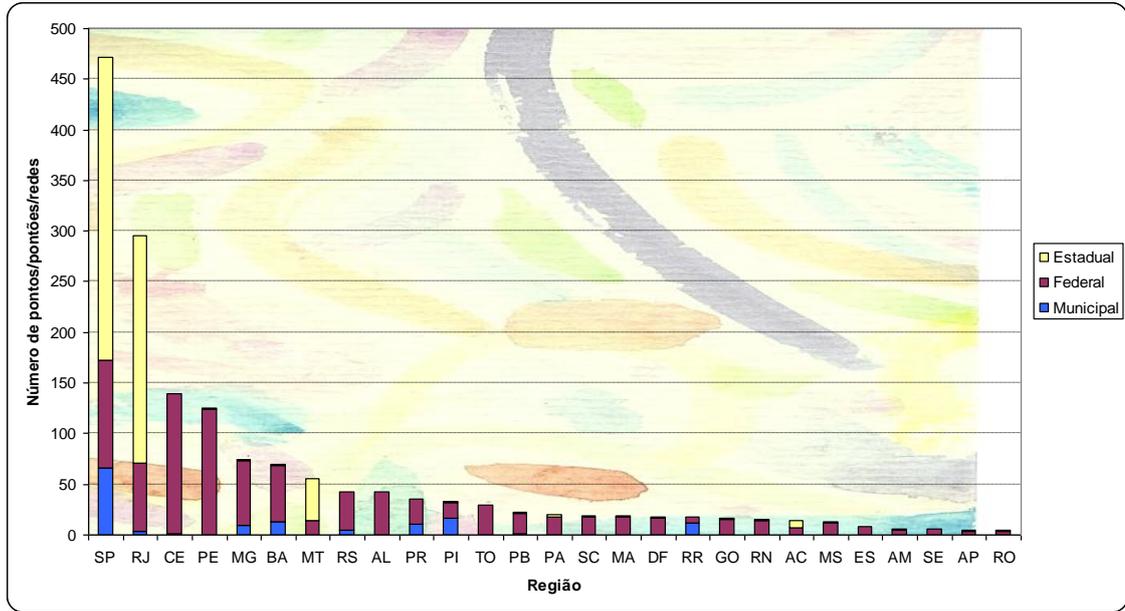
Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios/Banco de dados Mapas da Rede IPSO e Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro.

Tabela 3 - Número de Pontos de Cultura, Pontões e Redes, por Região e Tipo de Rede

Região	Municipal	Federal	Estadual	Total geral
Centro-Oeste		58	44	102
Nordeste	31	434	7	472
Norte	12	73	13	98
Sudeste	79	245	526	850
Sul	16	81	1	98
Total geral	138	891	591	1620

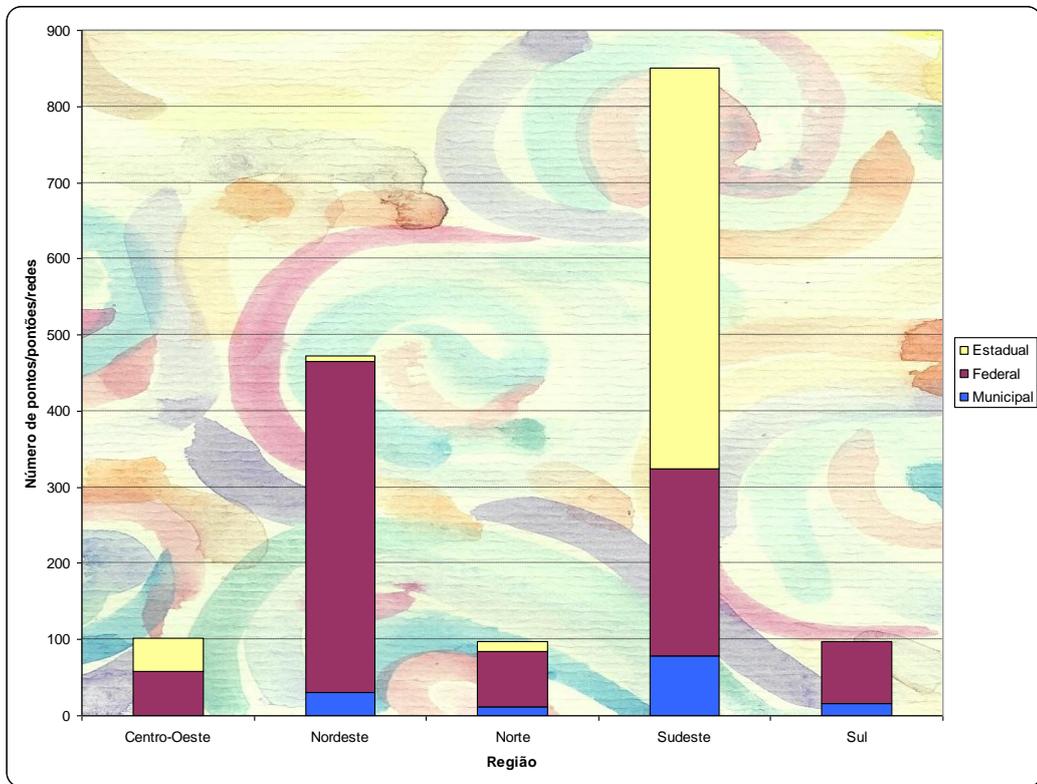
Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios/Banco de dados Mapas da Rede IPSO e Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro.

Gráfico 3 - Número de Pontos de Cultura, Pontões e Redes, por Unidade da Federação e Tipo de Rede



Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios/ Banco de dados Mapas da Rede IPSO e Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, 2010.

Gráfico 4 - Número de Pontos de Cultura, Pontões e Redes, por Região e Tipo de Rede



Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios/Banco de dados Mapas da Rede IPSO e Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, 2010.

Os dados das tabelas 2 e 3 e gráficos 3 e 4 demonstram o número de Pontos de Cultura e de Pontões de Cultura financiados pelas redes municipal, estadual e federal por unidade da federação. O financiamento via recurso federal ainda mantém a maior parte com 891 Pontos de Cultura, seguido da rede estadual que corresponde a 591 e a rede municipal 138 Pontos.

A região Sudeste compreende o maior número de Pontos, com 850 unidades, seguido da região Nordeste com 472, da região Centro-oeste com 102. A região Norte e Sul acumulam 98 Pontos de Cultura cada uma. Destacamos que, além dos Estados da região Sudeste, o investimento do Governo Estadual é maior na região Centro-oeste. Todavia, enfatizamos que muitos Pontos de Cultura dos demais Estados ainda não foram contabilizados no banco de dados do “Mapas Rede IPSO”, em que nos apoiamos, denotando que alguns Estados estão com dados defasados. O âmbito municipal é o que apresenta dados mais baixos de conveniamento com o Governo Federal, com um número de Pontos bem menor em relação ao Estado e a União.

Destacamos também que foram contemplados no primeiro edital do Governo Federal, em 2004, para constituir Pontos de Cultura, as Secretarias de Estado e de Municípios. Assim, o quarto edital consolidou as parcerias do Programa *Cultura Viva* com o poder público municipal e estadual e iniciou uma abordagem específica voltada à constituição de Redes de Pontos de Cultura, Pontos gestados pelas Secretarias Estaduais e Municipais. O edital foi direcionado, portanto as instituições governamentais estaduais, distritais e municipais, se referiam a projetos caracterizados pelo estímulo às iniciativas da sociedade, como movimentos populares, entidades ou manifestações culturais, com valorização das tradições mantidas por segmentos da população e que explorassem diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas. Ao final de dezembro de 2007, correspondiam, conforme dados da pesquisa realizada pelo IPEA (2010) a 11 Pontos de Cultura. Contudo, o levantamento realizado pelo IPSO contabilizou, diante do processo de descentralização via Programa *Mais Cultura*, aproximadamente 41 Pontos de Redes em todas as Unidades da Federação.

O investimento público para viabilizar o projeto foi realizado de forma compartilhada, pois, além de recursos federais, a execução do projeto contou também com a contrapartida da instituição governamental de, no mínimo, 20% do

valor do projeto. Para executar o projeto, a entidade governamental passou a ser um Pontão de Cultura, com o objetivo de se constituir em “(...) um espaço cultural de articulação dos Pontos de Cultura, de irradiação da ação cultural regional, e de apresentações das diversas linguagens artísticas, de cursos e oficinas, de experimentações em *software* livre, e outras iniciativas culturais que a gestão compartilhada entre poder público e comunidade achar conveniente (BRASIL, 2009i, p. 2).

Deste modo, a perspectiva de rede foi integrada a concepção de gestão compartilhada, sendo repassada a condução de gestão para a rede dos Pontos, configurando certa ambiguidade, pois, até então, a gestão compartilhada se situava no programa enquanto aspecto a ser priorizado nos critérios de seleção e julgamento dos projetos, mas não enquanto uma forma de gestão do próprio projeto, como é colocado a partir deste edital, enquanto uma diretriz política e requisito de execução e conveniamento. Assim, o edital definiu que a gestão da Rede de Pontos de Cultura e do próprio Pontão de Cultura deveria ser compartilhada entre as entidades sem fins lucrativos, representantes dos movimentos populares, de manifestações culturais participantes da Rede e a instituição pública proponente.

Apesar do avanço em considerar a proposta de gestão compartilhada de forma mais contextualizada neste edital para as instituições governamentais estaduais e municipais, não definiram as especificidades ou as orientações de como poderia ser exercida e, inclusive, qual a participação do Ministério da Cultura nesse exercício de compartilhamento. Portanto, esse conceito foi abordado inicialmente dentro do programa de forma diversa e abarcou diferentes concepções e dimensões do *Cultura Viva*. Dentre as dimensões, Vilutis (2009) destaca que a relação dos Pontos de Cultura com o Governo Federal e a perspectiva de gestão compartilhada do Programa *Cultura Viva* foram inicialmente pensadas no âmbito da relação dos Pontões de Cultura com o Governo Federal, principalmente no sentido de garantir uma responsabilização mútua pela execução do projeto dos Pontos de Cultura.

Isso ocorreu com alguns Pontos de Cultura que foram convidados pela antiga SPPC/MinC, atual SCC/MinC, a se tornarem Pontões de cultura e compartilharem objetivos e responsabilidades na gestão de algumas ações do Programa *Cultura Viva*, a exemplo da *Ação Griô* Nacional e da ação *Escola Viva*.

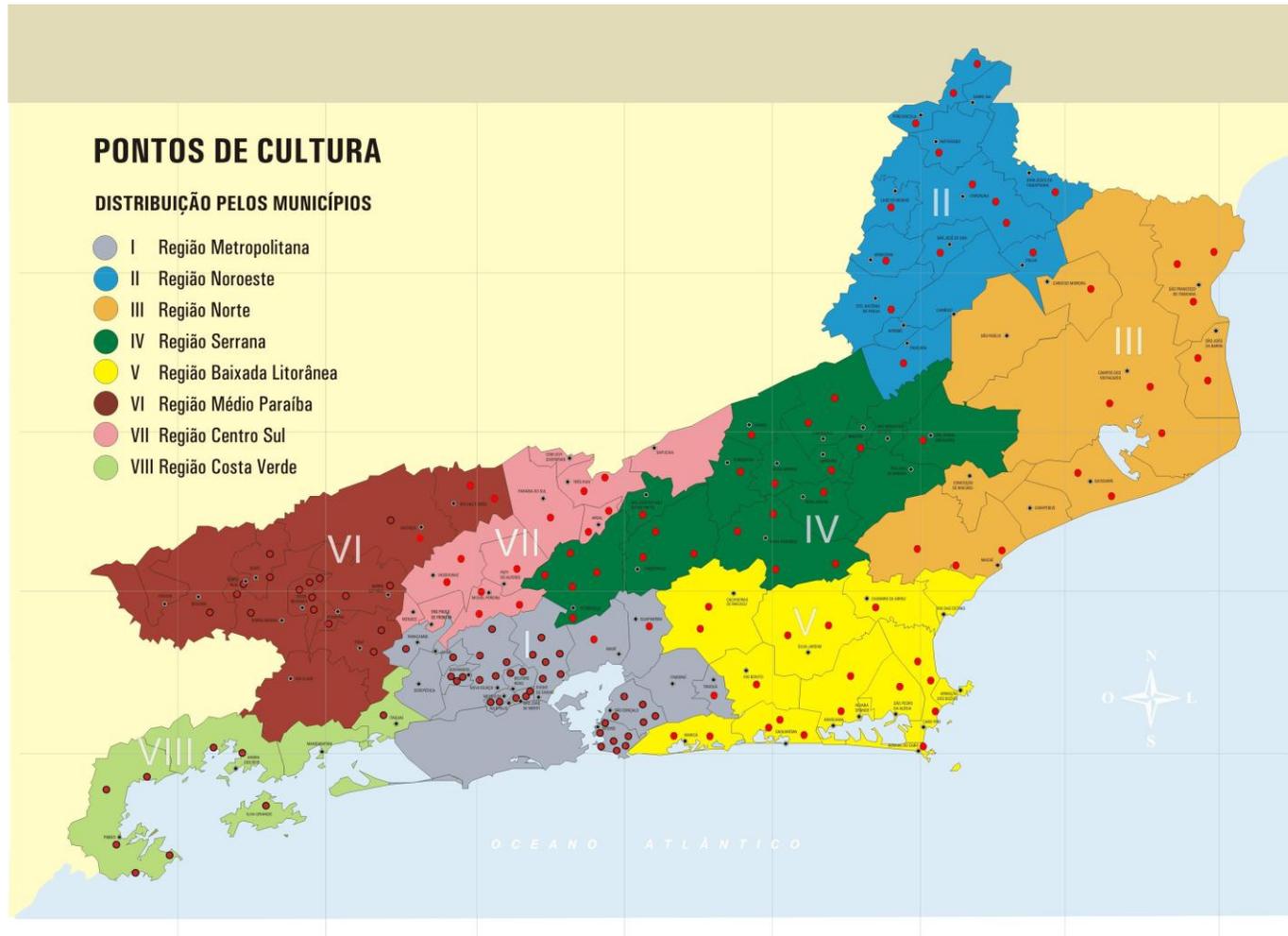
Além disso, houve a experiência de gestão compartilhada entre o Governo Federal e Governos Estaduais e Municipais na elaboração conjunta de editais, na composição de recursos de ambas as esferas do poder público para efetivar projetos de Pontos de Cultura e de Redes de Pontos de Cultura.

A seguir, faremos uma análise de informações sobre os Pontos de Cultura do Estado e do Município Rio de Janeiro, contemplando os editais de financiamento federal e estadual (2004 e 2008, respectivamente), por intermédio de mapas que situam os Pontos apoiados. No mapa 2, a seguir, estão representados os Pontos de Cultura no Estado do Rio de Janeiro, apoiados pelo 1º. Edital MinC/2004 e 1º. Edital Governo do Estado RJ/2008, em que constatamos uma distribuição dos Pontos de Cultura; com destaque para os Municípios de Niterói e da Baixada Fluminense.

As demais regiões também foram contempladas, porém não com a mesma densidade de Pontos apoiados. Embora neste mapa não estejam demonstrados os Pontos do Município do Rio de Janeiro, cabe ressaltar que são 41 Pontos, o que expressa forte concentração na Capital do Estado. O detalhamento dos Pontos no Município do Rio de Janeiro consta do Mapa 5, adiante.

A ampliação e expansão numérica dos Pontos no Estado do Rio de Janeiro se efetivou via edital estadual, de outubro de 2008, atingindo 150 novos Pontos que, somados aos 80 Pontos suplentes que estão em via de conveniamento, além dos 72 já existentes via edital do Governo Federal, configuram um aumento para 302 Pontos.

Mapa 2 - Expansão dos Pontos de Cultura no Estado do Rio de Janeiro (1º. Edital MinC/2004 e 1º. Edital Governo do Estado RJ/2008)



Fonte: Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (2009). Adaptação própria.

Todavia, como veremos na tabela 4 a seguir, seis Pontos não estão aptos ao conveniamento, totalizando, portanto, 296 Pontos no Estado do Rio de Janeiro. Destacamos ainda que permaneceram as dificuldades para este processo de conveniamento, advindas do edital nacional²⁸, pois muitos, até setembro de 2010, não tinham conseguido efetivá-lo, após quase dois anos do lançamento do edital. Em princípio a demora estava relacionada à reelaboração dos planos de trabalho que, inicialmente, seguiram o modelo nacional e posteriormente foi exigido que fossem adaptado ao modelo estadual.

Em seguida, enfrentou-se outra dificuldade de oficializar a abertura da conta corrente sem a cobrança das taxas bancárias, o que é proibido pela modalidade “convênio”. As agências bancárias, porém, com grande resistência, não efetivaram este tipo de modalidade. Isso obrigou a Secretaria Estadual de Cultura a intervir e a solicitar diretamente as agências. Por fim, foram diversas as dificuldades, conforme tabela abaixo, solicitada pelo Fórum dos Pontos de Cultura, diante dos questionamentos dos grupos, devido a Secretaria não ter uma estimativa de prazo para a efetivação dos convênios.

Assim, segue abaixo a situação de conveniamento dos Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro em setembro de 2010:

²⁸ De acordo com o IPEA (2010), a complexidade dos procedimentos (formulários, prestação de contas, etc.) foi o terceiro problema apontado pelos Pontos de Cultura.

Tabela 4 - Situação do conveniamento dos Pontos de Cultura (até setembro de 2010)

Conveniamento dos Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro			
Departamentos	Situação em 29 de setembro de 2010	Pontos de Cultura	Pontos Suplentes
Coordenadoria de Diversidade Cultural	Aguardando entrega de documentos para abrir processo conveniamento	3	12
Protocolo	Abertura de processo	0	0
Diretoria Geral de Administração e Finanças	Certificação Orçamentária	0	0
Coordenadoria de Prestação de Contas	Conferência de Documentação e anexar minuta do termo de convênio	4	2
Assessoria Jurídica (AJUR)	Análise jurídica	0	0
Escritório de Gerenciamento de Projeto da Casa Civil	Análise da Casa Civil	1	6
Coordenadoria de Diversidade Cultural	Aguardando proponente cumprir exigências do Escritório de Gerenciamento de projetos (EGP)	1	27
Coordenadoria de Diversidade Cultural	Em análise das exigências para retornar a Casa Civil	0	10
Diretoria Geral de Administração e Finanças	Para fazer empenho	1	1
Coordenadoria de Prestação de Contas	Elaborar termo de convênio	2	1
Coordenadoria de Diversidade Cultural	Aguardando assinatura do convênio pelo proponente	3	2
Coordenadoria de Diversidade Cultural	Publicação no D.O.E. Diário Oficial do Estado	2	0
Diretoria Geral de Administração e Finanças	Para pagamento	2	11
Diretoria Geral de Administração e Finanças	Receberam	1	6
Coordenadoria de Diversidade Cultural	Não podem conveniar.	18	4
Total		1	80
		50	

Fonte: Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. 2010.

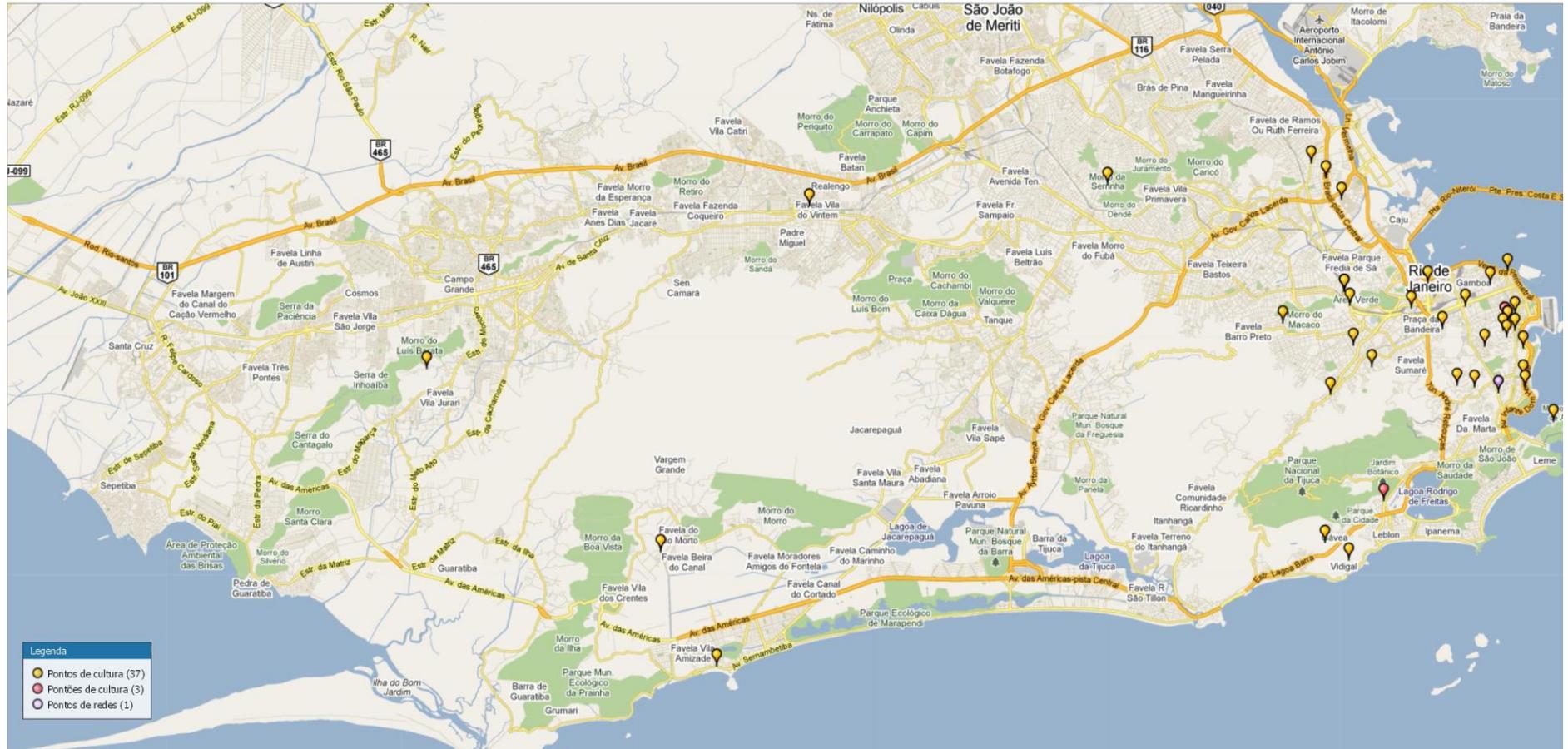
Todavia, apesar destes incidentes no processo de conveniamento, que afetam principalmente os grupos menores, houve o aumento desses grupos que começam a ter acesso a recursos públicos, algo inédito no âmbito das políticas públicas culturais brasileiras. Além disso, ficam explícitas as dificuldades de acesso e de ampliação das ações, que, a priori, são direitos de qualquer cidadão.

De acordo com o critério de densidade populacional estabelecido no edital do Estado, houve a distribuição dos recursos pelo interior do Estado, como se constata: Região Noroeste Fluminense: 12; Região Norte Fluminense: 13; Região Serrana: 15; Região das Baixadas Litorâneas: 15; Região do Médio Paraíba: 14, Região Centro-Sul Fluminense: 9, Região da Costa Verde: 5 e Região Metropolitana: 67. Como parte do Programa *Mais Cultura*, o Governo Federal, repassou recursos correspondentes a R\$ 18 milhões para a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, cujo Governo do Estado participou do projeto com R\$ 9 milhões (BRASIL. MinC, 2009e).

Além disso, as linguagens artísticas foram ampliadas, embora as diferenças de organização institucional ainda sejam marcantes. A desigualdade de acesso às mídias/recursos tecnológicos e ao domínio/treinamento tecnológico/administrativo também permanecem.

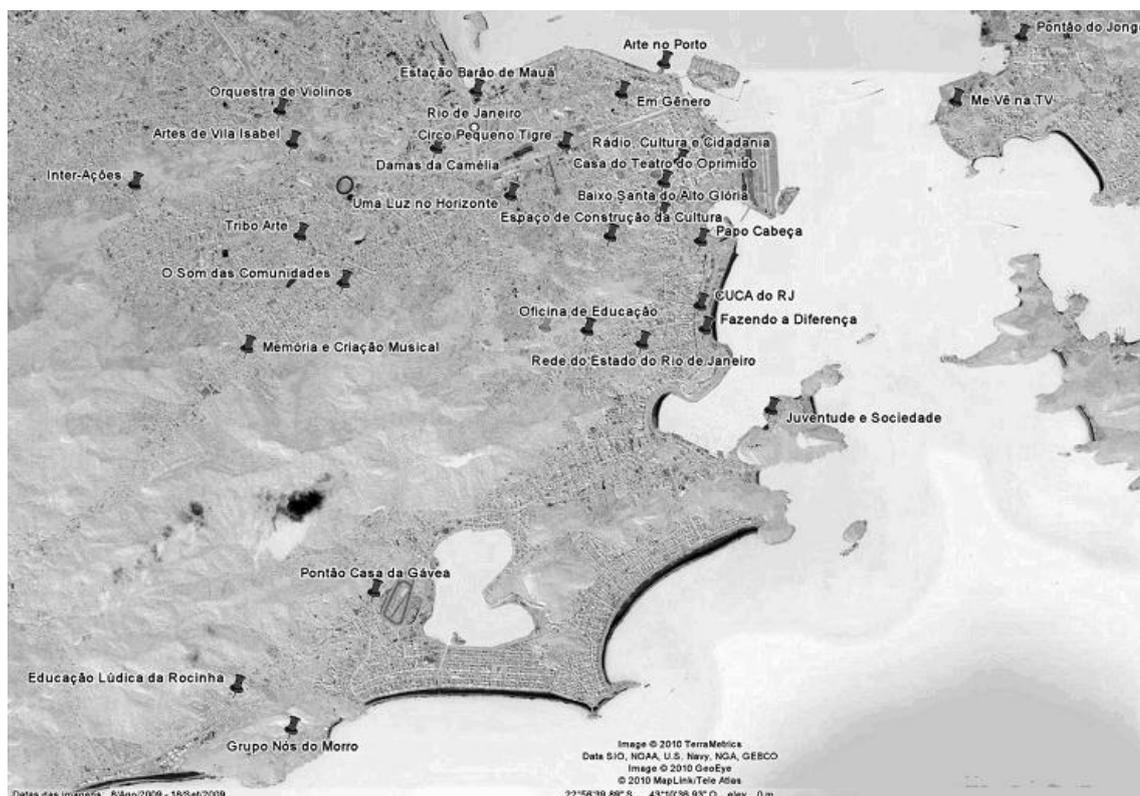
O conjunto dos três mapas a seguir demonstra, por sua vez, o Município do Rio de Janeiro. Inicialmente, o Mapa 3 demonstra 41 Pontos no Município, referentes ao 1º. edital federal de 2004, concentrados na região central e entorno do centro. Dentre estes, 37 grupos foram reconhecidos como Pontos de Cultura, 3 como Pontões de Cultura (Pontão Casa da Gávea/Gávea, Pontão Circo Voador/Lapa e Pontão Centro do Teatro do Oprimido/Lapa), e 1 Ponto de Redes (Rede do Estado do Rio de Janeiro).

Mapa 3 - Pontos de Cultura no Município do Rio de Janeiro (1º. Edital MinC/2004)



Fonte: Relatórios/Banco de dados Mapas da Rede IPSO. Adaptação própria.

Mapa 4 - Pontos de Cultura na região central, norte e sul do Município do Rio de Janeiro (1º. Edital MinC/2004)



Fonte: Relatórios/Banco de dados Mapas da Rede IPSO/Google Earth. Adaptação própria.

Mapa 5 - Pontos de Cultura no Município do Rio de Janeiro (1º. Edital MinC/2004 e 1º. Edital Governo do Estado RJ/2008)



Fonte: Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (2009). Adaptação própria.

No Mapa 4, podemos constatar a concentração de Pontos coordenados por ONGs/manifestações culturais que já atuam há um tempo considerável na área cultural e se encontram na região da Lapa e central da cidade. No Mapa 5, verifica-se a ampliação do número de Pontos de Cultura no Município do Rio de Janeiro, considerando o resultado dos editais do Governo Federal de 2004 e Estadual de 2008, contudo, permanecendo a concentração no centro e arredores, mas também cabe destacar a ampliação para áreas periféricas, em especial a Zona Norte.

Contemporaneamente, alguns movimentos e organizações especificamente culturais são caracterizados por Ramos (2007), que aborda a produção cultural de jovens de favelas, principalmente as ações que optam por “empreenderem”, no mercado de trabalho. Estes grupos, tais como os grupos Olodum, em Salvador, o Afroreggae, o Nós do Morro, a Cia Étnica de Dança e a Central Única de Favelas (CUFA), no Rio de Janeiro, além de outros nas periferias de São Paulo, vilas de Porto Alegre, nos aglomerados de Belo Horizonte e em bairros pobres de Recife, Brasília e São Luis. Grupos com diferentes propósitos, mas que, segundo a autora, utilizam uma sedução ligada ao glamour da arte, à visibilidade e ao sucesso. Ou ainda, grupos que utilizam a cultura como um recurso, na mídia, no consumismo e no turismo, como afirma Yúdice (2004).

Assim, alguns desses grupos se profissionalizam sem perder sua dimensão comunitária e política, passando a intervir no mundo cultural e, às vezes, no mercado cultural, de forma consistente, como os grupos de *hip hop* de São Paulo, de *mangue beat* no Nordeste ou de *reggae e funk* na Bahia e no Rio de Janeiro, ora capturados pela indústria cultural, ora resistentes. Todavia, a apropriação de linguagens artístico-culturais também ocorre sem a vinculação com a profissionalização e a inserção no mercado, mas em torno da dimensão cultural, da organização, da articulação, e da expansão da própria expressão artística sem vinculá-las a adaptações, obrigações comerciais ou a servirem para a publicidade e o consumo apenas. Porém, estes grupos não alcançam, algumas vezes por opção, a publicidade que os demais.

Deste modo, são visibilizadas as suas questões cotidianas, suas condições de vida, suas inquietações com a situação local e do país ou ainda, há grupos que operam via a manifestação artístico-cultural, valorizando os saberes locais na perspectiva do conceito de cultura ampliado, para os diferentes modos de vida. De

certa forma, estes grupos abrem caminho na contramão do regime do espetáculo e de produção de eventos com vistas ao sucesso apenas, valorizando com maior ênfase os seus processos, mais do que os produtos. É neste âmbito que situamos os Pontos de Cultura, mais especificamente o Centro Lúdico e os Pontos com os quais interagiu na construção coletiva, e que não se limitam a formarem artistas somente, mas também pessoas comprometidas com o seu entorno e com o coletivo. Ainda que neste processo alguns optem por aprimorarem os talentos descobertos, com o interesse em aprofundarem caminhos no contexto artístico-cultural, profissionalizando-se, o mais importante é que estas experiências mobilizam desejos, oportunidades de desenvolvimento pessoal e possibilidades bastante amplas e fundamentais na formação dos sujeitos para as diversas escolhas pessoais, profissionais e coletivas. O que consideramos fundamental enquanto papel das políticas públicas culturais, sobretudo em contextos de graves desigualdades sociais. Por fim, há aqueles projetos que se limitam a reproduzir técnicas e modelos e ministrar oficinas. Até assumem que apenas “levam cultura”, desconhecendo e, muitas vezes, desvalorizando o contexto encontrado, como se efetivamente existisse apenas uma ou algumas culturas em detrimentos de outras, sem instigar críticas ou reformulação destes parâmetros, perpetuando ideologias dominantes, lógicas individualistas e competitivas.

Isto ocorre, principalmente, quando se envolvem as populações das classes trabalhadoras e ou vulneráveis, ora contida, ora reprimida, ora “incluída” por poderes punitivos difusos, implementando de fato a instrumentalização da cultura e da arte para “salvar”, “recuperar”, dentre outros. Temos, portanto, ambíguas estilizações de diferentes linguagens artísticas, configuradas nas fronteiras entre os territórios, entre os conflitos e as diferenças que, geralmente são escamoteadas e as desigualdades sociais naturalizadas. Assim, não é por acaso que estes impasses nos inquietam, pois ainda estão presentes nas práticas e expressões de diversos artistas, grupos, gestores e na condução de políticas públicas. Com base nestas contextualizações sobre o Programa *Cultura Viva* e os Pontos de Cultura, abordaremos no próximo capítulo as experiências coletivas e suas implicações, além dos desafios e conceitos que embasam as análises realizadas.

Conquistamos o direito de ser o que sempre fomos: Pontos de Cultura.

TEIA Nacional 2008